



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 102/103

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE SETEMBRO DE 2006

ANO XXXI

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Nelson Garcia  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## S U M Á R I O S

### **DIÁRIO Nº 102**

#### **83ª SESSÃO ORDINÁRIA**

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>03</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	04
Projetos de Lei .....	07
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Tadeu Veneri.....	11
Dep. Barbosa Neto.....	12
Dep. José Domingos Scarpellini ....	13
Dep. Hermes Fonseca .....	14
Dep. Durval Amaral.....	15
<b>Grande Expediente:</b>	
Dep. Valdir Rossoni .....	16
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PPS	
Dep. Marcos Isfer.....	18
Liderança do PMDB	
Dep. Caíto Quintana.....	19
Liderança do Governo	
Dep. Caíto Quintna .....	20
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	21
Discussão / Votação:	
3ª Discussão .....	22
2ª Discussão .....	22
1ª Discussão .....	26
Requerimentos .....	33
<b>Explicações Pessoais:</b>	
Dep. Elza Correia.....	33
Dep. Pedro Ivo Ilkiv .....	34
<b>Encerramento da Sessão.....</b>	<b>34</b>

### **DIÁRIO Nº 103**

#### **18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>35</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>35</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>35</b>
<b>Expediente:</b>	
Projetos de Lei.....	36
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	36
Discussão / Votação:	
Redação Final .....	36
3ª Discussão .....	38
2ª Discussão .....	38
1ª Discussão .....	39
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>41</b>
<b>Publicações:</b>	
Comissão Executiva:	
Atos.....	41
Diretoria Geral	
Portarias .....	43

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 102**

### **83ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>03</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	04
Projetos de Lei.....	07
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Tadeu Veneri .....	11
Dep. Barbosa Neto .....	12
Dep. José Domingos Scarpellini ....	13
Dep. Hermes Fonseca.....	14
Dep. Durval Amaral .....	15
<b>Grande Expediente:</b>	
Dep. Valdir Rossoni.....	16

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PPS	
Dep. Marcos Isfer .....	18
Liderança do PMDB	
Dep. Caíto Quintana.....	19
Liderança do Governo	
Dep. Caíto Quintana.....	20

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....	21
Discussão / Votação:	
3ª Discussão .....	22
2ª Discussão .....	22
1ª Discussão .....	26
Requerimentos.....	33

#### **Explicações Pessoais:**

Dep. Elza Correia.....	33
Dep. Pedro Ivo Ilkiv .....	34

#### **Encerramento da Sessão ..... 34**

### **DIÁRIO Nº 102**

### **83ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 83ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2006**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Ara-

újo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elza Correia, Francisco Bühler, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados Ademar Traiano, André Vargas, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Natálio Stica e Padre Paulo Campos (08); e em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

***Expediente:******Requerimentos*****REQUERIMENTO Nº 2133**

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no que dispõem os parágrafos 2º e 3º do artigo 213 do Regimento Interno desta Casa e os parágrafos 4º e 6º do artigo 71 da Constituição Estadual, REQUEREM ao Presidente em exercício, Pedro Ivo Ilkiv, que determine a imediata inclusão na pauta da Ordem do Dia, da Proposição de Veto nº 59/06, relativa ao Projeto de Lei nº 269/06, que trata do reajuste do vencimento básico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado do Paraná, recebida nesta Casa no dia 26 de junho último e que deveria ter sido apreciada em Plenário desta Assembléia Legislativa até o dia 28 do mês de agosto deste ano, em face do que determinam os dispositivos mencionados.

De observar, Sr. Presidente, que a inclusão das proposições de veto na Ordem do Dia, deverá ocorrer, segundo o comando constitucional e regimental, na Sessão Ordinária subsequente ao esgotamento do prazo legal, que é de trinta dias, contados do recebimento do veto na Casa, sob pena de sobrestamento da votação de quaisquer proposições em condições de inclusão na pauta de votações do Plenário, ficando paralisadas as Sessões Plenárias de votação, em prejuízo de toda a comunidade paranaense.

De considerar, ainda, que a Proposição de veto referida já tramitou na Comissão de Constituição e Justiça, que declarou apta para ser apreciada no Plenário.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR, DELEGADO BRADOCK, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, MARCOS ISFER, HERMES FONSECA, ELIO RUSCH, ELZA CORREIA, NEIVO BERALDIN, VALDIR ROSSONI, NELSON JUSTUS, DURVAL AMARAL, DOBRANDINO DA SILVA, CIDA BORGHETTI, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, RAFAEL GRECA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

**REQUERIMENTO Nº 2142**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, vem REQUERER a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, formada por 07 (sete) Deputados,

por um prazo de 120 dias, para averiguar denúncias sobre a existência de grampos telefônicos no âmbito do Poder Público Estadual, nos últimos 12 (doze) anos.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(aa) JOCELITO CANTO, DELEGADO BRADOCK, MILTINHO PUPIO, ALEXANDRE CURI, NEREU MOURA, CAÍTO QUINTANA, NELSON GARCIA, GERALDO CARTÁRIO, HERMES FONSECA, RAFAEL GRECA, FRANCISCO BÜHRER, ELZA CORREIA, CIDA BORGHETTI, LUIZ NISHIMORI, CLEITON KIELSE, VANDERLEI IENSEN, LUIZ ACCORSI, DOBRANDINO DA SILVA e TADEU VENERI

**REQUERIMENTO Nº 2143**

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no artigo 62, parágrafo 3º da Constituição Estadual, e nos artigos 34, inciso II e 25 do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída por 07 (sete) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar a possibilidade de envolvimento do Governo do Estado em esquema de escuta telefônica ilegal, tendo em vista que a investigação da Promotoria de Investigação Criminal - PIC, culminou com a prisão, entre outras pessoas, do Sr. Délcio Augusto Rasera, Investigador DA Polícia Civil do Estado, que prestava serviço junto à Assessoria Especial do Governador.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(aa) TADEU VENERI, VALDIR ROSSONI, ARLETE CARAMÊS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, AILTON ARAÚJO, MARCOS ISFER, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, RENATO GAÚCHO, ELIO RUSCH, DURVAL AMARAL, PASTOR EDSON PRACZYK, BARBOSA NETO, RATINHO JÚNIOR, CIDA BORGHETTI, CHICO NOROESTE, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI e WALDIR LEITE.

**REQUERIMENTO Nº 2119**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja marcada Sessão Solene no dia 25/09/06 às 17h30m, para comemoração dos 153 anos da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) ALEXANDRE CURI

**REQUERIMENTO Nº 2124**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja marcada Sessão Extraordinária,

logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 2132

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Adélia Pavão Bernardo.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2115

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, Da aprovação e o envio de votos de congratulações ao Dom Albano Bortoletto Cavallin, Arcebispo de Londrina, Estado do Paraná.

Tal congratulação é merecida, pois o Arcebispo receberá, na data de 19.09.2006, o título de Dr. *Honoris Causa*, da Universidade Estadual de Londrina.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao homenageado no endereço: Arquidiocese de Londrina, Paraná, Brasil, Rua Dom Bosco, nº 145, Jardim Dom Bosco, Caixa Postal 872, CEP: 86.060-340.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 2117

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações pela passagem do aniversário do município de Mamborê, em 10 de setembro deste.

O município de Mamborê comemora sua emancipação política, social e econômica. Ao longo desses anos, o município vem se desenvolvendo de forma gradativa, levando-se em consideração o crescimento econômico da região. As perspectivas de desenvolvimento são as melhores possíveis no decorrer dos anos, quer na área social, como na econômica.

Os representantes oficiais da cidade vêm se empenhando bastante para que ocupe uma posição de destaque e prestígio perante os demais da região.

Na qualidade de representante do seu povo nesta Casa de Leis, quero parabenizar o povo de Mamborê por mais este aniversário, e na oportunidade reafirmar o meu propósito de continuar empreendendo todos os esforços no sentido de sua grandeza e de seu progresso.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis seja dado ciência ao Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Henrique Sanches Salla; ao Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. Vereador Maurício Jotta Massano, assim como ao Vice-Prefeito Exmo. Sr. Domingos Martins Pereira e aos demais funcionários da Prefeitura situada na Rua Guadalajara, nº 645 - CEP: 87.340-000.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2136

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, Delegado Bradock, Presidente da Comissão de Segurança Pública, vem mui respeitosamente à presença de V. Exa. para expor e REQUERER o seguinte: voto de aplauso ao Sr. JuScelino Pedrozo Pereira, investigador de Polícia da 41ª Delegacia Regional de Polícia de Irati-PR, pelo incontestável e louvável trabalho que vem desempenhando na Segurança Pública do Estado do Paraná, elevando o nome da Instituição Polícia Civil, agindo sempre com muita humildade e determinação no atendimento à população, colocando sua própria vida em risco para bem servir e proteger.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 2137

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, Delegado Bradock, Presidente da Comissão de Segurança Pública, vem mui respeitosamente à presença de V. Exa. para expor e REQUERER o seguinte voto de aplauso ao Sr. Josimar Antônio da Silva, Delegado de Polícia da 41ª Delegacia Regional de Polícia de Irati-PR, pelo incontestável e louvável trabalho que vem desempenhando na Segurança Pública do Estado do Paraná, elevando o nome da Instituição Polícia Civil, agindo sempre com muita humildade e determinação no atendimento à população.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 2138

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, Delegado Bradock, dirige-se à V. Exa. para expor e REQUERER o seguinte voto de aplauso ao Diretor-Geral da Faculdade de Telêmaco Borba - FATEB-PR, pelo incontestável e louvável trabalho que vem desempenhando no Ensino Superior do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### REQUERIMENTO Nº 2125

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos

da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Antônio Bento de Souza.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2126

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Marlei Abigail Dias Rodrigues.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência à homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2127

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Nivaldo Ribeiro de Amorim.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2128

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Fernando Tosini.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2129

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Neide Simionato.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência à homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2130

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Vereador Renaldo Rodrigues.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2131

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Vereador Waldiceu Aparecido Verri.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2140

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a apresentação de voto de desagravo e de solidariedade ao Dr. Francisco da Cunha Pereira, Presidente da Rede Paranaense de Televisão - RTVE e a toda a sua família, tendo em vista que estão sendo injusta e ofensivamente agredidos mediante publicação de texto apócrifo publicado e distribuído na última semana, com o propósito de desmoralizar o nobre jornalista paranaense, personalidade notória de inestimável importância para os interesses deste Estado, e desta forma sórdida, tentando impor restrições à liberdade de imprensa.

Que se registre o repúdio a qualquer ação de cerceamento à livre imprensa, como flagrante agressão ao processo democrático desta nação, envergonhando a todos nós paranaenses que somos contrários à versão única, ao cerceamento do contraditório e ao controle da informação.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(aa) ARLETE CARAMÊS, CHICO NOROESTE, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, RENI PEREIRA,

RENATO GAÚCHO, CIDA BORGHETTI, WALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO, WALDIR LEITE, MARCOS ISFER, AILTON ARAÚJO e PASTOR EDSON PRACZYK.

REQUERIMENTO Nº 2120

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião; ao Secretário Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro; bem como aos Secretários de Estado da Ciência e Tecnologia, Lygia Lumina Pupatto, e Educação, Maurício Requião, solicitando dos mesmos simplificar o procedimento para concessão de licença a professor para participar de evento científico nacional e internacional.

Essa participação requer planejamento, pesquisa e muito esforço. Na grande maioria dos casos, o professor arca com despesas de viagem e a demora na tramitação das licenças inviabiliza a compra de bilhetes a preços promocionais e muitas vezes impede a utilização de auxílios que, condicionados à autorização governamental, têm prazo para resposta e expiram.

Os professores acabam submetidos a tensão desnecessária e procuram Deputados no sentido de apressar essa tramitação morosa.

A participação em eventos dessa natureza insere a pesquisa e o trabalho científico do Estado no cenário nacional e internacional, merecendo estímulo essencial para o desenvolvimento do Estado e do país.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2114

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando uma cópia do processo de pensão do Sr. Sérgio Consolin Scaff, para fins de consulta, conforme solicitado a este Deputado pela própria esposa, Sra. Maria Cláudia de A. Scaff, conforme segue cópia do e-mail em anexo.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2134

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças, em reunião desta Comissão, na data de 5 de setembro do corrente, onde foram aprovados os pareceres do Deputado José Maria Ferreira, relator dos Projetos de Lei nºs 061 e 072/06, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Heron Arzua, soli-

citando análise quanto à viabilidade econômica dos projetos de lei acima citados.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2141

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, após ouvido o douto Plenário e tendo em vista a gravidade e proporções alarmantes que vem assumindo neste Estado a questão do grampo telefônico, mediante escuta clandestina de parlamentares e até mesmo de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, REQUEREM o encaminhamento à Superintendência da Polícia Federal, de cópias das matérias divulgadas na mídia sobre este fato, para que esta possa tomar as medidas cabíveis em colaboração com as autoridades estaduais competentes e garantir também a total ausência de interferência política no processo de investigação e apuração dos fatos.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(aa) WALDIR LEITE, ARLETE CARAMÊS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, RENATO GAÚCHO, BARBOSA NETO, WALDIR ROSSONI, MARCOS ISFER, CHICO NOROESTE E PASTOR EDSON PRACZYK.

## *Projetos de Lei*

PROJETO DE LEI Nº 471/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Músicos e Intérpretes de Maringá, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Músicos e Intérpretes de Maringá foi fundada em 3 de dezembro de 2002 e tem por objetivo congregar os músicos, intérpretes musicais e demais pessoas que denotem valor artístico.

Tem por objetivo, ainda, estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os músicos, intérpretes e demais pessoas associadas, cujo valor artístico venha somar com a Associação.

A Associação visa desenvolver atividades artísticas e culturais, com o objetivo de promover os talentos já existentes, bem como descobrir e divulgar novos talentos.

Com sede na Avenida Kakogawa, em Maringá, a Associação é fundamental para o desenvolvimento cultural da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 473/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo a criar, no âmbito do Departamento da Polícia Civil, subordinado ao Delegado Geral e da Divisão Policial do Interior, a Subdivisão Policial de Palmas.

Art. 2º Fica atribuída à Subdivisão Policial de Palmas/PR, a competência para operacionalização das atividades inerentes à Polícia Judiciária, na prevenção e repressão dos ilícitos penais previstos no Código Penal Brasileiro.

Art. 3º A Subdivisão Policial de Palmas, seguirá os mesmos moldes de qualquer outra Subdivisão, em todas as suas atribuições e estrutura física material e humana para o seu bom andamento.

Art. 4º As delegacias de Polícia que serão subordinadas à Subdivisão Policial de Palmas, são as seguintes: Delegacia de Polícia de Clevelândia/PR, Delegacia de Polícia de Manguaerinha/PR, Delegacia de Polícia de Honório Serpa/PR e Delegacia de Polícia de Coronel Domingues Soares/PR.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

Apoioamento:

Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o município de Palmas tem sua área urbana e rural extensa, possuindo uma população de 47 mil habitantes, onde existe muita incidência de crimes, como homicídios, furtos, roubos e tráfico, e fica a uma distância de cem quilômetros até chegar o policiamento da Subdivisão de Pato Branco/PR.

Criando a Subdivisão de Palmas e deixando como subordinadas as Delegacias de Polícia de Clevelândia, ficará a uma distância da Subdivisão, 30 quilômetros; Delegacia de Manguaerinha, 74 quilômetros; Delegacia de Honório Serpa, 60 quilômetros e a Delegacia de Coronel Domingues Soares, 45 quilômetros, todas essas Delegacias pertencendo à Subdivisão Policial de Palmas serão melhor atendidas em virtude de a distância das mesmas ser mais curta, vindo atender às solicitações de urgência com maior rapidez.

E considerando que o município de Clevelândia possui uma população de 25 mil habitantes, o município de Manguaerinha, 17 mil; o município de Honório Serpa, dez mil e Coronel Domingues Soares, dez mil habitantes.

Considerando todos esses fatos apresentados, a Subdivisão Policial de Palmas sendo criada, atenderá

uma população de 109 mil habitantes, e a Subdivisão de Pato Branco ficará mais livre para atender outras Delegacias de Polícia que são suas subordinadas.

PROJETO DE LEI Nº 474/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Institui o Programa de Agricultura Premiada do Estado do Paraná e estabelece critérios e linhas de apoio e estímulo à agricultura familiar do Estado do Paraná, à fixação do homem do campo e à melhoria na qualidade de vida de suas famílias, com facilitação ao acesso do uso de energia elétrica no meio rural.

Art. 2º Serão beneficiados pelo Programa de Agricultura Premiada do Estado do Paraná, agricultores, pescadores artesanais, os extrativistas, os silvicultores e os aqüicultores que atendam os requisitos de enquadramento do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e que possuam sua economia familiar diversificada conforme:

I - desenvolvam pelo menos três atividades;

II - entre estas três atividades esteja a atividade florestal;

III - poderão ser consideradas para o enquadramento nestes requisitos aquelas atividades não agrícolas desenvolvidas no meio rural;

IV - para fins de classificação poderão ser consideradas todas as atividades desenvolvidas pelo conjunto da unidade familiar.

Art. 3º Para ter acesso ao Programa de Agricultura Premiada do Estado do Paraná e obter seus benefícios o produtor rural deve apresentar a cada cinco anos à companhia distribuidora de energia elétrica, junto à sua conta de luz: a Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, emitida por órgãos oficiais e entidades representativas dos produtores autorizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Art. 4º O produtor rural deverá apresentar, ainda, declaração de que atende aos critérios de diversificação estabelecidos no Programa de Agricultura Premiada do Estado do Paraná, emitida pelo órgão oficial de extensão rural (Emater) em conjunto com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, atendendo as condições especificadas nos parágrafos seguintes.

§ 1º Explore a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária.

§ 2º Resida na propriedade ou em local próximo.

§ 3º Possua, no máximo, quatro módulos fiscais (ou seis módulos, no caso de atividade pecuária).

§ 4º Tenha o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento.



§ 5º Tenha renda bruta anual compatível com a exigida para cada grupo do Pronaf.

Art. 5º Os benefícios do Programa Agricultura Premiada do Estado do Paraná, serão concedidos a cada grupo de classificação do Pronaf, na segunda forma A, A/C, B e C:

I - beneficiários enquadrados na categoria A, A/C e B terão desconto de 100% na instalação do trecho compreendido entre a rede de alta tensão e o ponto medidor em sua propriedade, e de 90% na conta de energia elétrica da unidade familiar;

II - beneficiários enquadrados na categoria C terão desconto de 70% na instalação do trecho compreendido entre a rede de alta tensão e o ponto medidor em sua propriedade, e de 70% na conta de energia elétrica da unidade familiar;

III - beneficiários enquadrados na categoria D terão desconto de 50% na instalação do trecho compreendido entre a rede de alta tensão e o ponto medidor em sua propriedade, e de 50% na conta de energia elétrica da unidade familiar;

IV - beneficiários enquadrados na categoria E terão desconto de 30% na instalação do trecho compreendido entre a rede de alta tensão e o ponto medidor em sua propriedade, e de 30% na conta de energia elétrica da unidade familiar;

Art. 6º Os critérios para a classificação dos grupos descritos no artigo anterior e seus parágrafos, constam do anexo I, e serão alterados automaticamente sempre que alterados pelo Pronaf.

Art. 7º Os descontos equivalentes aos benefícios do Programa Agricultura Premiada do Estado do Paraná, serão concedidos diretamente pela companhia de distribuição de energia elétrica aos enquadrados no Programa na fatura de energia elétrica do produtor.

Art. 8º Os recursos para a operacionalização do Programa de Agricultura Premiada do Estado do Paraná serão oriundos do orçamento geral do Estado, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, referência Agricultura Familiar.

Art. 9º O anexo I, contendo os critérios de Enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, safra 2006/2007, e será atualizado anualmente.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) LUIZ NISHIMORI.

<b>ANEXO I</b> <b>Crítérios de Enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para safra 2006/2007</b>	
GRUPO	BENEFICIÁRIO
A	Assentados da Reforma Agrária ou Beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal, agricultores adimplentes, participantes do Programa de Recuperação de Crédito Fundiário da Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA ou do Programa de Recuperação de Assentados do Incra, que não tomaram financiamento de Investimento nos Grupos "C", "D" ou "E".
A/C	Assentados da Reforma Agrária que já contrataram financiamentos no Grupo "A".
B	Agricultores com renda bruta anual de até R\$ 3.000,00 (excluídos os benefícios sociais e aposentadoria decorrentes da atividade rural).
C	Agricultores com renda bruta anual de até R\$ 3.000,00 e até R\$ 14.000,00 (excluídos os benefícios sociais e aposentadoria decorrentes das atividades rurais).
D	Agricultores com renda bruta anual de até R\$ 14.000,00 e até R\$ 40.000,00 (excluídos os benefícios sociais e aposentadoria decorrentes da atividade rural).
E	Agricultores com renda bruta anual acima de R\$ 40.000,00 e até R\$ 60.000,00 (excluídos os benefícios sociais e aposentadoria decorrentes da atividade rural).
	e atenda às condições abaixo: - explore a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; - resida na propriedade ou local próximo; - possua, no máximo, quatro módulos fiscais (ou seis módulos, no caso de atividade pecuária); - tenha o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento; - tenha renda bruta anual compatível com a exigida para cada grupo do Pronaf.

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei pretende instituir o Programa de Agricultura Premiada do Estado do Paraná, bem como, estabelecer critérios e linhas de apoio e estimular a agricultura familiar no Estado e à fixação do homem do campo e à melhoria na qualidade de vida de suas famílias, com facilitação ao acesso do uso de energia elétrica no meio rural.

Pretende, também, a presente lei, beneficiar pelo Programa de Agricultura Premiada os agricultores, pescadores artesanais, os extrativistas, os silvicultores e os aqüicultores que atendam os requisitos de enquadramento no Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e que possuam sua economia familiar diversificada e que desenvolvam no mínimo três atividades.

A migração dos moradores da zona rural para as cidades, principalmente para os grandes centros, tem causado enormes problemas, obrigando muitas vezes os Governos Federal, Estadual ou Municipal a desenvolver programas emergenciais para atender casos de extrema complicação social.

Esse programa faz algumas exigências, como: a terra seja explorada pelo proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária. Resida no próprio ou pelo menos que tenha residência próxima que tenha pelo menos quatro módulos fiscais. No caso de possuir atividades pecuárias que possua seis módulos fiscais.

Que o trabalho familiar seja a sua base de exploração da propriedade e sua renda bruta anual seja compatível com a exigida para grupo do Pronaf.

Os descontos propostos pelo presente projeto de lei, atingem a rede de alta tensão e o ponto medidor da propriedade, nas proporções estabelecidas, conforme sua classificação na tabela do Pronaf diretamente na fatura do consumidor.

Os recursos para a implementação desse programa serão oriundos da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e das previsões da Copel.

Por essa razão, o autor do presente busca apoio dos demais Pares para a sua aprovação.

***Projeto de Lei Complementar***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 472/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Os artigos 135, 171 e 174, da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, com suas alterações posteriores, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 135. A competência para a concessão das licenças de que trata este capítulo será definida em regulamento.

Parágrafo Único. O servidor policial civil aguardará em exercício a concessão da licença, não podendo afastar-se sem o respectivo ato da autoridade competente.”

“Art. 171. Ao servidor policial civil que, durante o período de dez anos consecutivos, não se afastar do exercício de suas funções, é assegurado o direito à licença especial de seis meses, por decênio, com vencimento ou remuneração e demais vantagens.

§ 1º Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao servidor policial civil que requer, conceder-se-á licença especial de três meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo.

§ 2º O período destinado ao gozo de licença especial não pode ser fracionado, salvo nos casos de calamidade ou grave perturbação da ordem pública.”

“Art. 174. Não podem gozar licença especial, simultaneamente, o servidor policial civil e seu substituto legal. Neste caso, tem preferência para gozo da licença quem requerer em primeiro lugar, ou quando requerido ao mesmo tempo, aquele que tenha mais tempo de serviço.

§ 1º Na mesma unidade policial não poderão gozar licença especial, simultaneamente, servidores policiais civis em número superior à sexta parte do total do respectivo quadro de lotação; quando o número de servidores policiais civis for inferior a seis, somente um deles poderá entrar no gozo da licença. Em ambos os casos, a preferência será estabelecida na forma prevista neste artigo.

§ 2º Compete ao chefe da unidade exercer o controle do previsto no parágrafo anterior.”

Art. 2º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

**JUSTIFICATIVA:**

A proposição contida neste projeto de lei nada traz de novo e não altera substancialmente o texto da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, que trata do Estatuto da Polícia Civil. Objetiva, apenas, ajustar situações que, na prática, podem causar dificuldades aos servidores interessados e também à Administração Pública.

O acréscimo de um parágrafo único no artigo 135 impede que o servidor saia em gozo de licença, sem a edição do ato administrativo de concessão pela autoridade competente. Evita-se, ainda, que o policial civil obtenha faltas quando sair antecipadamente à edição do ato administrativo concessivo de licença.

A inclusão de um parágrafo 2º ao artigo 171, com a transformação do atual parágrafo único em parágrafo 1º, propõe-se a vedar suspensões e cancelamentos desnecessários do período destinado ao gozo de licença especial. Sabendo-se que o descaso a ser obtido pela licença

especial, destina-se a reparar o desgaste natural dos dez ou cinco anos ininterruptos de trabalho, não é possível admitir-se a sua suspensão ou cancelamento, sobre qualquer título ou ao livre arbítrio do servidor e da chefia imediata.

Ademais, a função policial civil é considerada perigosa, com prejuízo à saúde e à integridade física (v. artigo 40 da Lei Complementar nº 89, de 25 de julho de 2001), motivo pelo qual a licença especial deve ser fruída sem solução de continuidade e sem interferências oficiais, a fim de que se preserve a sanidade física e mental dos servidores.

Ressalva-se, entretanto, o caso de situações emergenciais, onde o interesse público reclama a presença policial efetiva, como nas calamidades (catástrofes, enchentes, desmoronamentos, furacões, maremotos, etc) e quando houver grave perturbação da ordem pública (agitações, desordens, crimes em série, atentados, rebeliões simultâneas, etc).

No artigo 174, também acrescenta-se um parágrafo 2º, passando o atual parágrafo único a parágrafo 1º. Em ambos existem alterações.

No parágrafo 1º (atual parágrafo único) substitui-se a palavra “repartição”, pela expressão “unidade policial”. Esta é mais técnica e se coaduna com a redação da Lei Complementar nº 14, de 26 de maio de 1982, porque no seu artigo 5º, e incisos, fala-se em “unidade da Polícia Civil”, as quais constituiriam a divisão do órgão. A palavra “repartição” pode levar à equivocada exegese de que se trata da sexta parte do órgão todo e não de suas unidades. É princípio de hermenêutica, aliás, que a lei não pode utilizar-se de expressões ou palavras dúbias e das quais possa resultar um equivocado entendimento.

Já, no parágrafo 2º, credita-se o controle da sexta parte do quadro de lotação da unidade ao chefe desta. Nada mais justo, haja vista que somente ele sabe das condições de trabalho de sua unidade e da necessidade de seus subordinados.

De outro modo, este projeto de lei não aumenta despesas e é de relevante interesse público, na medida em que, além de melhorar a atuação da Administração Pública, estabelece medida protetiva ao servidor policial civil.

É a justificativa.

#### O SR. DELEGADO BRADOCK (*Pela Ordem*)

Sr. Presidente, quero comunicar à Mesa desta Casa, que estou retornando às minhas funções de Deputado Estadual da Assembléia Legislativa do Paraná.

#### O SR. PRESIDENTE (*Pedro Ivo Ilkiv*)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri

### *Deputado Tadeu Veneri (PT)*

#### O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ocupo esta tribuna, porque na sexta-feira, Sr. Presidente, nós tivemos, junto ao prefeito de Maringá, Silvio Barros, uma conversa com representantes do PT em função da situação vivida por alguns funcionários de Maringá, após a greve que ocorreu, trinta e dois dias e, que sem dúvida nenhuma, trouxe inúmeros transtornos para a população, para a prefeitura e também, para os servidores públicos. Obviamente nós entendemos que sempre que ocorre um processo de paralisação, ele deixa de ter uma situação de normalidade.

Entretanto, ponderamos ao prefeito Silvio Barros, e me parece que seremos ouvidos, que apesar de todos os percalços ocorridos durante o processo de greve que resultou em um inquérito para que trinta e dois funcionários sejam exonerados e cerca de sessenta estariam também em condições de virem a ser processados e exonerados. Ponderamos que esse talvez não seja o melhor momento e nem a melhor forma de se resolver esse tipo de impasse. Falo isso, porque já participei e conheço Deputados aqui que são oriundos do movimento sindical, já participaram de inúmeros movimentos partidistas e que, em determinados momentos, acabam tendo aquilo que nós não gostaríamos que tivessem, que são excessos das duas partes. Assim como ocorreram excessos por parte dos funcionários, ocorreram excessos por parte daqueles que tinham por objetivo coibir o movimento grevista. Tanto é que um advogado, conhecido de todos aqueles que participaram da Renap, Rede Nacional de Advogados Populares, teve a sua prisão decretada. Saiu algemado, na madrugada, desse espaço.

Então, o que nós em princípio entendemos e me parece que há aquiescência do prefeito municipal e a Deputada Cida Borghetti, que está aqui, foi quem intermediou essa conversa para que pudéssemos abrir esse canal junto aos servidores públicos, junto ao Sindicato dos Servidores Públicos, junto ao PT de Maringá. O que me parece que deva ocorrer agora, é nós buscarmos um entendimento, primeiro, como eu mesmo coloquei para o prefeito de Maringá, nós sabemos que se houver, (Deputada Cida Borghetti, nós estivemos relatando aqui que estivemos com o prefeito, conforme a senhora fez a mediação para que pudéssemos conversar), uma ação da prefeitura hoje para derrotar o movimento sindical, não temos dúvida que será derrotado, até porque neste momento está extremamente fragilizado, por conta de todas as ocorrências que se sucederam após o período grevista.

Mas eu dizia também que não me parece ser interessante para nenhuma das partes, até porque esse é um processo que, se derrotado agora, retorna daqui a seis meses, daqui a um ano, daqui a dois anos. Entendi e me parece que o prefeito -, que nos recebeu com bastante cortesia -, também entendeu que nós podemos e devemos buscar um processo de mediação junto aos sindicatos, ao PT de Maringá, para que a solução seja a melhor possível para os moradores de Maringá, para a prefeitura de Maringá, para o prefeito e seus secretários e para os

servidores públicos daquela cidade. Então eu quero aqui, de público, agradecer pela intermediação. Eu havia feito um pedido, uma moção, que está suspensa, até para que nós pudéssemos conversar. Parece-me que o Sindicato está protocolando, conversei com a Ana que é a Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Maringá, está protocolando no dia de hoje um pedido para que se restaure um calendário de negociações. Há pendências, são 32 dias de greve que foram descontados. Isso num primeiro momento é o que determina a lei, mas nós sabemos que é possível que possamos recompor esse tipo de desconto, seja através das horas trabalhadas além do horário normal, no caso dos professores, seja através do parcelamento desses dias.

Parece-me que a situação hoje, a senhora que é da cidade como também os Deputados Luiz Nishimori e Padre Paulo. Fui porque estava lá e é do meu ofício o Movimento Sindicato, mas nós tivemos casos e a Deputada Cida Borghetti é sabedora disso e servidores que receberam zero de salário por conta dos descontos, porque é obviamente dentro da legalidade, legal. É claro que se nós pudermos fazer com que haja uma compreensão, uma compensação em dias nós teremos sem dúvida nenhuma, uma condição muito grande de pacificar as relações entre os trabalhadores do Sindicato, as pessoas interessadas em ter uma solução pacífica e sem dúvida nenhuma a Prefeitura de Maringá.

Também estará lá fazendo esse mesmo apelo ao Prefeito Silvio Barros já marcado inclusive para estar na cidade o Senador Suplicy, que já se dispôs a tentar fazer esse encaminhamento da mesma forma que nós fizemos.

Espero que a partir de hoje nós possamos ter um outro encaminhamento, destensionando inclusive, as relações que ocorrem lá, porque quero crer que isso é de interesse de todos. O Prefeito Silvio Barros mostrou a nós, que estivemos com ele, as fitas gravadas durante a greve, as fotografias da greve, as janelas de vidros que foram quebradas durante a greve. Entendo todas as razões que a Prefeitura possa ter. Agora entendo também que se for instalado um processo para exoneração desses trinta e sete servidores e mais sessenta que porventura venham a ser demitidos, nós teremos criado uma situação absolutamente irremediável, irreparável e incontornável do ponto de vista das relações entre os trabalhadores, entre os seus Sindicatos e entre a Prefeitura de Maringá.

Mais uma vez quero aqui de público falar que foi por conta da sua intervenção, Deputada Cida Borghetti que nós conseguimos na sexta-feira, na parte da manhã por duas horas e meia estar com o Prefeito Silvio Barros, junto com a Presidente do PT de Maringá, junto com o ex-Secretário do PT. A Presidente do Sindicato não esteve presente até porque nós entendíamos que isso se dará num momento adequado e certamente esse momento acontecerá a partir de agora. Eu falava antes, Deputada Cida Borghetti não é interesse desse Deputado fazer nenhum tipo de substituição, seria um absurdo, ao Sindicato ou a quem quer que seja. Apenas nos dispuse-

mos, a pedido do Sindicato dos Servidores de Maringá, a buscar, abrir um canal para que nós possamos ter esse canal de negociação, esse canal que faz com que nós não tenhamos a exoneração de quase noventa servidores porque certamente isso criará um constrangimento, como já falei aqui, irreparável.

Aproveito aqui para lembrar mais uma vez que quando ocorrem greves elas são, sem dúvida nenhuma último do processo de negociação, a falência do processo de negociação. O processo de negociação quando bem sucedido, certamente, impede que haja movimento paretista, mas quando ele ocorre, todos os métodos são utilizados e muitas vezes esses métodos não são da parte de um ou de outro, não são os melhores possíveis. Se não foi o melhor método aquele que o Sindicato utilizou e pessoas do Sindicato utilizaram, certamente não foi o melhor método o que foi utilizado muitas vezes pelas forças policiais, foi utilizado por pessoas dentro da própria prefeitura, foi utilizado por setores da Prefeitura. Acredito eu que nós poderemos estar aguardando essas negociações, e quiçá nos próximos dias, nas próximas semanas, nós tenhamos uma solução que possa contemplar a todos.

Mais uma vez agradecer o espaço. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós ocupamos a tribuna nesse momento para trazer aqui a nossa preocupação e levantar questionamentos que o Governo do Estado precisa fazer para a população paranaense. A prisão do investigador de polícia Délcio Augusto Rasera, acusado de fazer interceptação de linhas telefônicas de forma ilegal, pegou o Estado do Paraná de surpresa para aqueles que já tinham conhecimento de que ele estava realmente a serviço da arapongagem no nosso Estado.

Inclusive Deputados desta Casa também sofreram com isso, e o Deputado Reni Pereira, que infelizmente não se encontra em Plenário, foi uma das vítimas desta espionagem de forma ilegal. Mas o que mais nos estranha, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que o cidadão investigador da Polícia Civil, conhecido por Rasera, já havia sido absolvido no ano passado em quatro procedimentos administrativos abertos pelo Conselho da Polícia Civil. Uma situação estranha, que merece sem dúvida nenhuma ser explicada. Mas o que nos chama ainda mais a atenção, e nos deixa atônitos inclusive, é o fato de que o autor desta absolvição, pasmem, Sras. e Srs. Parlamentares, foi o próprio Governador Roberto Requião!

Ele solicitou, via-ofício, publicado no Diário Oficial o envio de todos os procedimentos administrativos, as sindicâncias, em que o Sr. Rasera era réu, ou investi-

gado, para que ele, o Sr. Governador, arquivasse os autos; e até o próprio Presidente do Conselho da Polícia Civil, que hoje é Delegado Geral, Jorge Azôr Pinto, é quem assina no dia 27 de setembro de 2005 essa deliberação. E a justificativa mais grave ainda é de que havia carência de elementos que pudessem subsidiar essa punição.

Senhoras e senhores, nós estamos diante de um assunto que é um verdadeiro imbróglio para ser resolvido no Estado do Paraná. Com a palavra o Governador Roberto Requião, com a palavra o Chefe da Casa Civil, porque realmente nós precisamos esclarecer esses fatos que são extremamente graves. Num país sério como os Estados Unidos, no chamado escândalo Watergate, consumou-se a queda de um Presidente da República. Infelizmente no nosso País esses fatos passam despercebidos. Enquanto há escassez de policiais nas ruas e nas delegacias do Estado do Paraná, havia dentro da Casa Civil, trabalhando, um policial que tinha envolvimento com a espionagem industrial, seja espionagem para autoridades políticas, ou mesmo empresários do nosso Estado empresários do nosso Estado. Uma situação de completo absurdo. Aproveitamos aqui para cumprimentar aqueles que perpetraram a chamada operação Pátria Nossa. Gostaria de usar esse um minuto questionando a origem do vasto patrimônio desse investigador da Polícia Civil, de onde veio o dinheiro para ele comprar o milionário equipamento que foi apreendido, além de sistema de monitoração de telefones, fuzis AR-15 e todo aquele armamento caríssimo? Será que estava a serviço do Bin Laden? De onde veio tanto dinheiro? Será que é dinheiro da Al Qaeda? Em qual delegacia esteve lotado? Quais serviços prestou? Qual a ficha funcional? Quais os relatórios desse investigador da Polícia Civil?

São as perguntas que ficam no ar, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Sr. José Domingos Scarpellini.

**Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Assinei agora um pedido de CPI que está sendo liderado pelo Deputado Rossoni, no sentido de se criar uma CPI para apurar o escândalo do Rasera Gate.

Quero, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizer que no ano passado, no mês de abril trouxemos a essa tribuna uma denúncia de que esse esquema comandado pelo Sr. Délcio Rasera estava funcionando para gravar deputados, políticos, desembargadores, membros do Ministério Público e da polícia e empresários. O Presidente Hermas Brandão suspendeu a Sessão naquela tarde e juntamente com o Deputado Nereu Moura fomos até a Polícia Federal para pedir providências que não foram tomadas.

Fomos lá, porque tínhamos conhecimento da existência da arapongagem que era feita por Délcio Rasera.

Quem é o Délcio Rasera? Deputado Barbosa Neto, que perguntou a origem dos equipamentos, a origem dos fuzis, das armas - diga-me com quem anda e dir-te-ei quem és - Délcio Rasera anda com Roberto Requião de Mello e Silva, o Governador. Há muitos anos juntos, Sr. Presidente, o Rasera aprendeu a fazer as espionagens, as escutas telefônicas e é evidente que esta espionagem tinha um endereço certo: dar ao Chefe do Executivo paranaense informações privilegiadas para que dali pudesse tirar o proveito da maneira como bem entendesse.

Então, Sr. Presidente, vi o Dr. Delazari pai, que também é Secretário da Ouvidoria licenciado ir até a Band News para me responder. Foi lá, aquele Procurador aposentado, que é o Ouvidor do Governador Roberto Requião, disse que não iria perder tempo em responder o Deputado Scarpellini, porque ele responde dois ou três processos lá em Apucarana.

Vamos deixar de investigar o crime do Rasera, porque o Scarpellini já está denunciando, responde um procedimento na Comarca de Apucarana. Seria o mesmo que dizer que o Governador do Estado não pode ser Governador e não tomar nenhuma medida administrativa ou política, porque o Roberto Requião responde mais de duzentos processos.

Estou perdendo feio para ele. O meu são três ou quatro só. Já respondi esses processos quando fui nomeado Secretário do Governo Roberto Requião no governo passado.

E o Delazari pai, que sempre foi um lambe-bota do Governador Roberto Requião, que freqüentava o Palácio trazendo informações da Procuradoria de Justiça, coisas que também não deveria estar trazendo para o Governador, mas, para fazer média, vinha sempre fazer as cortesias que todo lambe-bota faz.

Estou hoje indo ao Tribunal Regional Eleitoral para protocolar um pedido de cassação da candidatura de Roberto Requião. Tenho elementos fortes que a Justiça vai apreciar e vai buscar as provas. E nesta investigação que vai preceder ao pedido de cassação, porque tenho certeza que isso vai levar à cassação do Roberto Requião, que está usando a máquina de maneira suntuosa, usando escutas telefônicas praticadas pelo Sr. Délcio Rasera.

Estamos aqui pedindo a quebra do sigilo telefônico da Granja do Cangiüiri, do gabinete do Governador, do celular do Governador e da casa do Sr. Délcio Rasera, de onde passava as informações mais urgentes para o Sr. Governador do Paraná.

A quebra de sigilo telefônico aqui vai ser muito importante. Diz o Governador que o Délcio Rasera era funcionário do quarto escalão da governadoria. Se era do quarto escalão, por que falavam tanto? Por que se ligavam tanto entre si? E outra coisa, quem não conhece o Governador Roberto Requião, que gosta de mostrar para aqueles que vivem em seu convívio, que é um homem duro, que não perdoa o infrator. Por que ele foi dar uma

anistia ao Raserá, que estava recomendado à Corregedoria da Polícia Civil para ser excluído. E o Governador avoca os processos para seu gabinete e concede uma anistia plena, geral e irrestrita ao Sr. Délcio Raserá. E aí o Sr. Délcio Raserá, além de ser anistiado, vem para o Gabinete. Para trabalhar em quê? Serviço de roça ele não faz; jardinagem ele não faz; trabalho braçal não faz; cafezinho também não faz. Ele é, na verdade, um espião diplomado, um homem audacioso que poucos conhecem seu trabalho porque é o trabalho sorrateiro, é o trabalho feito às escondidas, arrumando espiões para entrar na vida dos outros.

O Sr. Délcio Raserá no Gabinete do Governador, privilegiado pela anistia, privilegiado pela amizade ombro a ombro com o Governador Requião, faz tudo aquilo que já fazia antes - que já fazia quando o Governador foi Governador no primeiro mandato, e continuou fazendo para o Senador Requião enquanto este esteve no Senado. É uma cumplicidade que existe entre eles. Só que um é Governador e teria que estar, pelo juramento constitucional, protegendo e fazendo cumprir a Constituição do Estado, protegendo as leis e não fazendo isso que vinha fazendo na cumplicidade com o Raserá.

Aí me perguntam: “mas olha, o Governador Roberto Requião é um homem muito poderoso, isso aí não vai dar em nada!” Pois eu quero lançar um repto e ao mesmo tempo uma pergunta: vimos o Presidente Richard Nixon dos Estados Unidos, no famoso caso Watergate, que para não ser cassado renunciou ao mandato de Presidente dos Estados Unidos, a nação mais poderosa do mundo. Será que o Governador Roberto Requião é mais importante do que o Richard Nixon? Será que o Estado do Paraná é mais importante do que os Estados Unidos?

É evidente que não. É evidente que se a Promotoria de Investigação Criminal já chegou aonde chegou e, agora, com o pedido da Polícia Federal, que estou fazendo aqui, nós vamos fazer o nexó e as provas. São provas materiais e prova material é a rainha da prova. Não adianta trazer depoimento que o Governador não tem nada a ver com o Raserá, que nós vamos ter a prova material. A prova testemunhal é a prostituta das provas, conforme entendimento dos Tribunais, dos advogados, dos juízes e dos desembargadores. Não adianta chegar apenas alguém para dizer: “não, mas o Raserá não estava fazendo isso com o conhecimento do Governador”. E as ligações telefônicas, as diárias pagas pelo Raserá?

Deputado Barbosa Neto, talvez tenhamos nesse nexó, nessa ligação do Raserá com o Requião a explicação de como o Raserá conseguiu comprar equipamentos de um milhão e meio de dólares, fuzil AR-15. Não tenho a menor dúvida que não veio dinheiro da Al Qaeda, nem do Bin Laden, que eles não iam perder tempo para mandar dinheiro para o Sr. Raserá. Esse dinheiro foi gerado e criado aqui, dentro da estrutura político-administrativa do Estado do Paraná.

Não quero nem desviar o assunto na CPI. Quero que o Tribunal Regional Eleitoral investigue por meio da Polícia Federal e das informações que vêm da PIC, para que possamos ter uma eleição legítima no Paraná, porque é muito fácil você, através da pressão política, da pressão policial começar a inibir os seus adversários políticos, conforme vem ocorrendo aqui.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou indo agora às 16 horas ao Tribunal Regional Eleitoral levar o pedido de investigação, impugnação e cassação do registro de candidatura do atual Governador do Paraná. E não adianta vir falar: “mas tem 38, 40 ou 50% na pesquisa”. O Richard Nixon era Presidente reeleito dos Estados Unidos e teve que renunciar ao cargo para não ser cassado.

E aqui temos provas suficientes. A PIC tem, a Polícia Federal tem e os arquivos do Palácio Iguaçu têm as provas que queremos. É uma questão de tempo e uma questão do Tribunal Regional Eleitoral requisitar. Porque se Raserá fosse um mero funcionário público, ele já teria sido excluído.

Sr. Presidente, quero, neste momento cumprimentar o Vereador de Itaúna do Sul, o Sidnei Carrilho que se encontra em Curitiba e está nos visitando nesta tarde, bem como aos senhores e a esta juventude maravilhosa desse colégio que veio visitar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Sejam bem-vindos meninas e meninos que aqui estão.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de levar a conhecimento de V. Exa., estamos requerendo a inclusão do Projeto de Lei 269/06 e do veto do Governador 039/06. Sobre o reajuste da carreira de Procurador do Estado. Já está no momento de ser votado. Vou encaminhar este pedido a V. Exa. para que possamos mobilizar as bancadas para votarmos este veto.

Só pedi esta Questão de Ordem; estou encaminhando a V. Exa.

#### O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. poderá encaminhar à Mesa.

Gostaríamos de registrar a presença de Valéria Góes, Secretária da Associação Amigo e Comerciante do Largo da Ordem e Setor Histórico de Curitiba, a pedido da Deputada Elza Correia.

Também gostaríamos de registrar a visita da Escola Estadual República Oriental do Uruguai. Alunos da sexta série, estão acompanhados pela professora Cassiana Regina. Sejam todos bem-vindos.

Próximo orador inscrito, Deputado Hermes Fonseca.

### **Deputado Hermes Fonseca (PT)**

#### O SR. HERMES FONSECA

(Lê):

Caros colegas, boa tarde.

Hoje esta Casa vai analisar a mensagem do Poder Executivo que institui a nova Universidade Estadual do Norte do Paraná. Mas antes de abordar este assunto, gostaria de fazer uma homenagem especial do Governador do Estado do Paraná em exercício, Deputado Hermas Brandão. Quero registrar aqui, Sras. e Srs. Deputados, que o Presidente Hermas Brandão se portou, em diversas oportunidades, diante de várias matérias de interesse dos paranaenses como um verdadeiro estadista. Ele jamais se movimentou em razão das questões, das questões menores e sempre se pautou pelos grandes temas de nosso Estado. Foi assim na questão da privatização da Copel, em 2001, e da mesma forma, ainda neste ano, sobre a votação do salário mínimo regional.

Digo isto, colegas, porque sou da mesma região do Exmo. Governador em exercício, Hermas Brandão e o conheço bem há muito tempo. Enquanto Parlamentar tive a honra de partilhar dos mesmos anseios e das mesmas reivindicações a favor do Norte do Paraná, região que representamos. Muitas vezes deixamos de lado as questões partidárias para defender os interesses maiores da população, pois acredito que é uma prova cabal de grandeza de um político. Deixar de lado as disputas político-partidárias regionais em nome de um projeto de desenvolvimento, de emprego e renda, de educação de qualidade para nossos jovens. São estes gestos de grandeza na política Sr. Presidente, que me dão a certeza de que podemos manter a esperança de um futuro melhor para todos os paranaenses.

Dito isto, colegas, voltarei ao tema em pauta.

Relatei na semana passada na CCJ o projeto que propõe a criação da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Dei parecer favorável à matéria, cuja iniciativa da proposta é de autoria do Governador licenciado Roberto Requião.

Esta nova Universidade vai reunir as seguintes instituições de ensino superior, que serão denominadas campi: Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho; Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio; Faculdade Estadual Norte Pioneiro (Direito) de Jacarezinho; Faculdade de Ciências e Letras de Jacarezinho; e Fundação Faculdades Luiz Meneghel, de Bandeirantes.

A nova Universidade Estadual do Norte do Paraná vai oferecer 22 cursos de graduação e 24 cursos de pós-graduação para uma região de 46 municípios. Cerca de 7500 alunos de graduação e pós-graduação passam a estudar na instituição “com prerrogativas associadas ao status de universidade, o que estimula o desenvolvimento institucional e a inserção regional dos projetos de pesquisa e extensão”, conforme destaca a mensagem do Governador.

Sras. e Srs. Deputados. O Norte e o Norte Pioneiro do Estado do Paraná, a partir de hoje são um novo pólo educacional pronto para o desenvolvimento econômico e social na sua plenitude. Isto em médio prazo significará

mais emprego e renda para essas populações, pois a juventude terá acesso à qualificação da mão-de-obra e o direito de sonhar com um futuro melhor. A nova Universidade Estadual do Norte Pioneiro vai se somar à Universidade Federal Tecnológica do Paraná, o antigo Cefet, que também ajudei a implantar na região.

O Norte e o Norte Pioneiro estavam perdendo parte de sua juventude por falta de perspectivas. Agora essa realidade pode mudar e a inteligência gerada pela Universidade Estadual poderá se consolidar e ficar nas regiões em virtude da possibilidade de emprego a todos.

Por isso tudo, Sras. e Srs. Deputados, peço sua ajuda na aprovação deste projeto estratégico ao desenvolvimento do Norte do Paraná. O Norte e o Norte Pioneiro têm pressa e querem crescer e se preparar para o futuro que se aproxima.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Durval Amaral.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (**Pela Ordem**)

Apenas para fazer uma consulta à Mesa Executiva. Apresentamos um requerimento de um pedido de informação à Secretaria da Comunicação, no dia 21 de maio. Até o dia de hoje ainda não recebi esse requerimento, se veio realmente essa informação da Secretaria da Comunicação. Gostaria que a Mesa Executiva levantasse isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Ratinho Júnior, segundo informações que tenho, está com o setor, que está para trazer a resposta. Vou me aprofundar e trarei uma resposta a V. Exa.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## ***Deputado Durval Amaral (PFL)***

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitos de nós lutamos contra o regime militar. Muitos de nós lutamos pela anistia ampla, geral e irrestrita. Muitos de nós lutamos pelo fim da censura à imprensa no Brasil. Muitos de nós sonhávamos e ainda sonhamos com um País onde a liberdade de imprensa não seja agredida, sonhamos com um País onde haja o respeito aos sigilos telefônicos, mas volta e meia nos deparamos com situações que nos deixam pensando que ainda vivemos a época do regime militar.

(Lê):

**ATENÇÃO CONTRA A IMPRENSA**

*Nos últimos quatro anos a Bancada de Oposição na Assembléia Legislativa do Paraná tornou pública a sua preocupação com as reiteradas denúncias de interfe-*

*rência indevida exercida por membros do Governo do Estado junto à imprensa paranaense, especialmente jornais e emissoras de TV.*

*São telefonemas de assessores do Governador às redações, críticas públicas do próprio Governador ao trabalho de jornalistas e restrições à liberdade de imprensa que configuram tentativas claras de estabelecimento de censura à imprensa.*

*Houve, inclusive, o registro de demissões de jornalistas para atender ao desejo de membros do Governo do Estado.*

*Houve ainda, segundo o testemunho de jornalistas ouvidos pelos Deputados da Oposição, pressões diretas às chefias e direções de Redação para que não fosse concedido espaço editorial ao trabalho da Oposição.*

*Mas, ao mesmo tempo em que condenamos a presão indevida do Governo sobre os meios de comunicação, também condenamos a manifestação apócrifa contra o Diretor-Presidente da Gazeta do Povo e da Rede Paranaense de Comunicação, Francisco da Cunha Pereira.*

*Repudio qualquer ações dessa natureza, que nada contribui ou acrescenta ao processo democrático da Nação, e envergonha os paranaenses.*

*Quem organizou essa ação, distribuindo milhares de cópias de material por ruas centrais da cidade, não deve ser munido de ética e também não respeita a pluralidade de opiniões em nosso Estado.*

*Infelizmente, no clima da disputa eleitoral no Estado, um dos nossos mais estimados e ilustres membros da imprensa e sociedade brasileira foi covardemente atacado, assim como sua família.*

*Essa ação merece o repúdio de toda a sociedade paranaense.*

*Sou contrário à versão única, o cerceamento do contraditório e o controle da informação.*

*Volto a reafirmar, nós políticos e mesmo os jornalistas, editores e veículos de comunicação devem lutar pela liberdade de informação e buscar a apuração completa do fatos. É inaceitável que alguém continue pressionando jornalistas e empresários de comunicação.*

*Uma atitude como essa não pode ser considerada como uma atitude isolada, reação a uma crítica ou à revelação de fatos incômodos a quem quer que seja, mas um movimento orquestrado de pressão permanente sobre a imprensa e, neste caso, sobre o Grupo RPC.*

*Isso nos deixa muito preocupados com o que pode acontecer ao Paraná se essa gente não for contida pela força da lei e pela vigilância da sociedade.*

*E, além desse discurso, também vou protocolar um voto de desagravo em favor do Dr. Francisco da Cunha Pereira, e convoco os demais nobres Parlamentares a assinarem o mesmo.*

*Curitiba, 11 de setembro de 2006."*

*Havia muito mais a ser discutido nessa tarde, Sr. Presidente mas por respeito ao tempo encerro por aqui*

propondo esse desagravo ao Dr. Francisco da Cunha Pereira.

Muito obrigado!

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Grande Expediente, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

## ***Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, eu, Deputado Scarpellini, Deputado Elio Rusch, estamos aqui com um requerimento propondo a CPI do Grampo, porque há alguns meses atrás nós tivemos aqui já um levante porque, quem não sabia que existia a indústria do grampo? Talvez só os estudantes do Colégio Estadual não soubessem mas no meio político, quem desconhecia a indústria do grampo? E não é possível que os homens públicos desse Estado tenham que passar por esse constrangimento!

Imagine, Deputado Durval, quanto homem está escondido embaixo da cama, nesse momento, com o problema dessa questão do grampo. Não é justo, não é democrático, não é legal, é imoral porque as pessoas que foram presas, Deputado Scarpellini, primeiro o Rasera, está aqui, ele foi inocentado no inquérito administrativo. Outra coisa, ele estava colocado à disposição da Casa Civil e não precisava se apresentar no trabalho, nada, o dinheiro é público, não precisa prestar conta, tudo pode! E não é só ele, tem mais uma funcionária também, não é só o Rasera que era funcionários era a equipe, nós conseguimos chegar a esse levantamento mas tem uma outra senhora que também está presa que é funcionária da Biblioteca estadual, tenho o nome dela aqui, quero ver se consigo achar. Nós vamos deixar isso passar em branco?

Eu pergunto aos Srs. Parlamentares, nós já estamos aqui, Deputado Scarpellini, em pouco tempo, com 12 assinaturas. Eu peço aos senhores líderes dos partidos políticos, essa é uma CPI suprapartidária, não é da Liderança da Oposição ou da Liderança da Situação, essa é uma CPI da decência!

Não é justo, eu lembro muito bem o dia em que se paralisou a Sessão aqui nesta Casa, Deputado Marcos Isfer, fizemos uma reunião de emergência ali na sala do Presidente, o Presidente da Assembléia foi à Polícia Federal, onde denunciou, o Deputado Scarpellini acompanhou o Presidente da Assembléia. E agora quem pegou? A PIC.

Deputado Durval, vamos aqui fazer uma dedução, será que este grampeador-mór, preso hoje, que recebia do Governo quem ele grampearia? Grampearia o Dobrandino, Líder do Governo ou grampearia o Rossoni, Líder da Oposição? Essa é a pergunta! Será que grampearia o Governador Roberto Requião ou grampearia o Senador Osmar Dias? Essa é a pergunta. E a grande verdade é que



nós ouvíamos nos corredores desta Casa todo dia, que empresários estariam sendo achacados com grampos. E a conversa, aqui, dentro desta Casa era só uma: de que nós estávamos todos grampeados. Estamos requerendo esta CPI, Deputado Durval, porque é importante saber e aí é que vamos ter a realidade deste fato, saber quem é que estavam grampeando, quem são as pessoas que estão grampeadas. E aí vamos chegar no mandante, porque o Raseria não teria interesse político, ele pessoalmente não é candidato a nada e nem disputa eleições. E é incrível, o dia que fizemos aquele levante, aqui, nesta Casa o Presidente da Assembléia foi à Polícia Federal.

Um dia eu estava na Boca Maldita num domingo, um senhor grandão, forte, parecia uma fortaleza chegou perto de mim e me apontando o dedo disse: “cuidado com o grampo”. Ai perguntei para algumas pessoas que estavam lá na Boca no domingo quem era a pessoa que me ameaçou lá. O Raseria. E ele não gostou daquele dia que o Deputado Scarpellini e o Presidente da Casa foram à Polícia Federal. E agora, está aí uma situação criada. E nada melhor, acredito que todos os Parlamentares poderiam assinar essa CPI. Por quê? Porque vamos tirar a limpo quem tem culpa e quem não tem culpa. Vamos saber quem são as pessoas grampeadas e as pessoas que não estão grampeadas.

#### **O Sr. Durval Amáral (PFL)**

Nobre Deputado Valdir Rossoni, escuto atentamente o seu pronunciamento e queria sugerir a V. Exa. para que a gente encaminhe nesse momento, mediante aprovação do Plenário, um requerimento ao Superintendente da Polícia Federal do Estado do Paraná, para que ele se não tiver instaurado ainda, instaure um inquérito para apurar responsabilidades sobre o grampo telefônico do Estado do Paraná. Há informações públicas de que Deputados foram grampeados e não só Deputados de Oposição, Deputados de Situação também, há informação de que Desembargadores foram grampeados, Secretários de Estado foram grampeados. E em virtude da magnitude desses grampos, efetivamente, é um crime contra o sistema de telefonia do Brasil. É um crime que deve ser investigado pela Polícia Federal pela alta representatividade de alguns que foram grampeados.

Não pensem, aqui dizer que não são só Deputados de Oposição. Eu já cheguei a ler transcrição de fitas de grampos que foram feitos de Secretários de Estado, de Secretários que lidam com pavimentação asfáltica em grande volume, Secretaria de Transportes, empreiteiros foram citados e Deputados também infelizmente acabaram sendo citados. E não são Deputados da Oposição, são Deputados da Situação. Então é da maior gravidade, são gravações ilícitas, ilegais, atentam contra o Estado democrático, atentam contra o Parlamento, contra o Poder Judiciário, contra até Secretários de Estado do Governo nomeados pelo próprio Governo.

Então tem que ser investigado e a Polícia Federal se não entrou tem que entrar nisso, para que não tenhamos o risco de varrer para debaixo do tapete.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Agradeço o aparte de V. Exa. Vamos deixar à disposição dos Srs. Deputados para subscreverem esse requerimento. E nada melhor do que investigarmos essa questão, trazer a limpo, porque nós vivemos no Brasil, no Paraná e nos preocupa muito essa situação.

Tenho outra situação. Vou mudar de assunto.

Em vários jornais, saiu que a assessoria do Governador informou que ele iria me processar, porque eu falei na última Sessão e não retiro, que toda montagem política no Estado do Paraná, que venham todas as histórias e até não precisam ser repetidas, Richa, Ferreirinha, pedágio, ataques à família Cunha Pereira, tudo isso tenho nome e sobrenome e eu quero ratificar o meu posicionamento. Quero fazer um desafio ao Sr. Governador, que abra mão da sua imunidade parlamentar que eu abro mão da minha, porque ele responde a mais de duzentos processos, é maior que a do “Escadinha”. Não é porque eu estava neste plenário. Aqui eu tenho liberdade. É para isso que eu fui eleito e agora, não corro mais nenhum risco de ser grampeado, por enquanto. Pelo menos enquanto o Raseria estiver na cadeia. Eu quero dizer e disse a vários jornalistas que me procuraram. Estão tentando me intimidar, eu já recebi tudo que é tipo de ameaça. Eu nunca falei aqui. Eu lutei no campo político, mas que tem, não sei quem e eu não posso afirmar, que tem alguém que não está trabalhando no campo político, eu não tenho dúvida. Eles estão chegando à beira do absurdo, mas eu quero dizer a todos os meus companheiros desta Casa e aos senhores que estão me ouvindo, que não é a cara feia do Governador que vai me intimidar.

Não é ameaça de me processar que vai me fazer calar. Enquanto eu estiver vivo, eu estarei nesta trincheira procurando combater os absurdos políticos que acontecem no nosso Estado. Quero deixar clara a minha posição. Reafirmo o que eu disse outro dia. Não temo. Não é me intimidando que vão me calar e eu estarei aqui, cumprindo o meu papel de cidadão paranaense, como obrigação. Não é possível que todos se calem, diante de tantos absurdos que acontecem neste Estado. O Paraná parece um Estado totalmente diferente: o tempo do coronelismo. Nós não vamos aceitar essa situação.

### ***Horário das Lideranças:***

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Passa-se ao Horário das Lideranças.  
PPS.

Concedo ao Deputado Marcos Isfer.

## ***Liderança do PPS: Deputado Marcos Isfer***

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O que se passa no Paraná, causa perplexidade a todos aqueles que são amantes da democracia. Nós vemos um ataque sistemático contra tudo que representa a nossa democracia e os seus valores. O ataque à imprensa livre, tentando amordaçar a boa imprensa, tentando fazer que somente através da imprensa paga, possam circular as boas notícias, fazendo com que pessoas honradas, com passado honrado, sejam difamadas apocripamente. Agora, vemos mais um ataque frontal ao outro pilar da nossa democracia, que é a privacidade das informações, a privacidade de cada um de nós cidadãos. Não venham me dizer que é por acaso, que esse cidadão detido pela PIC estava lotado na Casa Civil. Isso me parece história da Carochinha. Alguém estaria lotado apenas porque esse servidor teria problemas dentro da própria Polícia Civil e então foi para a Casa Civil ficar lá resguardando para invadir a privacidade de cada um dos senhores? E daí a gente entende muita piadinha que circulava por aí a respeito de um ou outro homem público. Quando falavam coisas que muitas vezes as pessoas tinham dito na sua privacidade e de repente estavam colocadas e estampadas até mesmo como motivo de chacota. Isso demonstra claramente que sim, havia um processo de disputa. Havia um processo de vigência um “big brother” funcionando dentro do Estado do Paraná.

Um “big brother”, Deputado Acorcci sabendo o que é que V. Exa. pensava, falava e com quem conversava e o que dizia.

Um equipamento que custou caríssimo e dizem, pagos com recursos do erário público.

Ora! Se existe o tal sistema guardião, V. Exa. Deputado Bradock que é da Polícia, sabe e entende bem desse assunto, sabe que esse sistema foi pago com recursos nossos, recursos públicos.

Há mais do que necessidade dessa CPI neste momento. Acredito que todos os Deputados desta Casa têm obrigação de assinar essa CPI, têm obrigação de restaurar a verdade no nosso Estado. Tem necessidade de ir à busca daquilo que já fizemos no passado, quando se falava de um outro sistema de grampo muito mais primário do que esse que é desenvolvido agora.

É importante que todos nós, amantes da democracia assinemos essa CPI para ver a real apuração dos fatos. Ou estaremos brincando aqui nesta Casa ou vamos ficar atrelados mais uma vez, ou vamos mais uma vez ver o Governo fazer da sua forma sem dar explicações a ninguém, sem dizer a verdade, como faz na mídia oficial, como faz em outros momentos.

É momento sim, de esta Assembléia se levantar, é momento de esta Assembléia ir em busca da verdade, de ir em busca de quem financiava e a serviço de quem estaria todo esse sistema total guardião. Guardião do que

senhores? Guardião dos privilégios do Palácio Iguazu? Guardião de um mandatário que hoje está e amanhã pode não estar mais ou nós vamos nos submeter e vamos virar uma grande Venezuela, como é o amigo do nosso Governante, onde a liberdade de imprensa fica limitada, onde o sistema de vigilância sobre a população existe em todos os momentos, onde a verdade oficial é a única que vale.

Será que é isso que nós desejamos para o nosso Estado do Paraná? Será que é isso que nos desejamos para os nossos mandatos de Deputados, será que é isso que nós desejamos para a nossa democracia? Não posso crer. Tenho certeza, nós já do PPS já assinamos essa CPI. Todos estaremos vigilantes para que essa CPI efetivamente seja executada, para que não tenha pó desvio das suas funções, para que não cabe como outra CPI que já vimos aqui discutindo, questão, de serviço telefônico. Vamos investigar sim, aonde vai essa investigação da PIC, vamos pedir como tantos já pediram que a Justiça Federal venha nessa investigação, se incorpore a ela, pois é um crime Federal que está acontecendo. Há necessidade sim, que nós tenhamos a apuração definitiva desses fatos. Aonde isso vai levar?

Nós já vimos Ferreirinha nesse Estado, nós já vimos ataques a pessoas de bem nesse Estado. Todas elas ficando sem resposta. Será que mais uma vez esta Assembléia vai passar o recibo e vai deixar em branco a não apuração deste fato tão grave, fato que era de conhecimento de muitos, como foi colocado aqui, fato que levou o Presidente desta Assembléia à Polícia Federal, fato que talvez tenha levado à prisão daqueles que faziam escuta, Deputada Cida? É necessário, sim, que se apure, é necessário, sim saber a serviço de quem essas informações estavam, para que é que alguém quer informações de qualquer um de nós com o seu mandato aqui, será apenas para fazer chacota Deputado Bühler daquilo que nós falamos, ou será que no fundo não está o controle desta Casa? Não está a tentativa de um controle de votos, de um controle efetivo sobre a ação de Secretários, de Deputados, de empresários? E empresários, por que será que empresários eram escutados? Será que era para mandar dizer ao empresário que um concorrente dele estava à sua frente num negócio, ou será que não viria aí uma questão depois da compra do silêncio da compra dessas informações sigilosas? Até onde vão essas informações, aonde elas chegam, Deputado Bradock? Onde elas podem estar mais?

Eu acredito que esta Casa tem o dever de ofício de investigar, de se incorporar; mas mais do que isso, tem o dever de ficar vigilante. O preço da democracia é eterna vigilância. Quando não estamos vigilantes, quando não estamos cumprindo o nosso papel, quando não estamos fazendo aquilo para que o povo nos elegeu, estamos entregando a nossa democracia, Deputado Artagão, estamos fazendo com que ela fique menor, fique controlada, fique vigiada, fique amordaçada e subtraída, naquilo que nós temos de melhor, que é a liberdade de expressão, a liberdade da nossa privacidade. Clamo a todos os Depu-

tados que assinem este pedido de CPI, porque não é um pedido de CPI de Oposição ou de Situação, é um pedido de CPI, sim, daqueles que querem ver essa Assembléia existir na sua plenitude, e mais do que isto, querem ver esta Assembléia ter a sua voz respeitada, porque a partir do momento que nós nos silenciámos, nós estaremos sendo condescendentes com esse tipo de ação. Primeiro eles entram em nosso jardim, depois nos roubam as nossas flores, e por fim levam a nossa vida. Não é isso, Deputado Kielse?

Então, tenho a certeza que V. Exa. será um dos signatários a mais desta CPI; não é uma questão apenas de Governo, mas muito mais do que isso, uma questão de democracia.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

PDT, PFL, PSDB, PMDB. Com a palavra, Deputado Caito Quintana.

### ***Liderança do PMDB: Caito Quintana***

O SR. CAITO QUINTANA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para que a gente reponha determinados fatos no seu devido lugar. Até certo ponto as colocações feitas hoje por Parlamentares de Oposição me deixaram um pouco mais tranqüilo frente à forma política que se pretendeu durante essa semana explorar a questão de um servidor público, da Secretaria de Segurança Pública, fazendo um envolvimento deste cidadão com atitudes praticadas do Palácio Iguaçu.

Sabem os senhores que o serviço público do Paraná, na grande maioria dos seus funcionários, é nomeado através de concurso público.

O cidadão Raserá é funcionário público no efetivo da Secretaria de Segurança Pública. Portanto, a sua entrada no serviço público deu-se em razão de concurso público. Posteriormente foi solicitado a prestar serviço no setor de segurança do Palácio Iguaçu. Da mesma forma que o Palácio Iguaçu possui uma Casa Militar formada por soldados da Polícia Militar. Todos admitidos por concurso público. Pessoas que fazem parte da carreira dos servidores estaduais.

Pois bem, não confere como verdades afirmativas que vi em jornais, escutei em rádios de que o Sr. Raserá seja funcionário da Casa Civil.

Não existe nomeação alguma na Casa Civil. Prestava serviço no Palácio Iguaçu, requisitado.

Não me parece que haja por parte do Governador Roberto Requião qualquer atitude que venha responsabilizá-lo por eventuais atos praticados que, não estejam condizentes com a atividade do servidor público.

É normal que, nessa quantidade enorme de servidores que tem o Estado do Paraná, quem vêm de outros governos inclusive, tenha-se funcionários nas mais diversas secretarias que possam usar indevidamente o cargo que ocupam.

É comum encontrarmos, por exemplo, policiais que foram demitidos a bem do serviço público após uma investigação. Tanto civis quanto militares. E funcionários de outros setores que foram demitidos por não terem uma conduta digna da função que deveriam exercer.

Aqui mesmo nesta Casa, existem Parlamentares que têm pedido de secção funcional de funcionários pertencentes ao quadro do Estado para prestar serviços nos seus gabinetes.

Perguntaria: se, eventualmente, um desses funcionários cometesse um tipo de ilícito qualquer, fosse um crime, uma extorsão, um ato condenável pela lei, seria este Parlamentar o responsável pela atitude do cidadão fora do seu gabinete? Não existe vínculo nenhum que possa colocar a presença desse funcionário Raserá numa ligação direta com o Governo do Estado. Até porque se grampos existiram, nada têm a ver com a máquina do Estado. São ações individuais praticadas durante a atividade extratrabalho. Portanto, não há receio por parte de vinculação alguma. Se existe grampo, esse grampo pode existir em Secretário de Estado. Pode existir no próprio Governador. Pode existir em algum industrial. Pode existir em qualquer pessoa.

Agora, isso é responsabilidade de quem indevidamente pratica um grampo. Não se pode misturar a ação do Governo com a ação do grampo indevidamente feito, feito ilegalmente.

Eu recorro que na administração passada, aqui nesta Assembléia Legislativa, tentou-se uma CPI sobre o grampo quando houve acusação de que estavam sendo grampeados os funcionários do Palácio Iguaçu e outras pessoas no Governo de Jaime Lerner. Em nenhum momento, a Oposição atribuiu ao Governador essa atitude.

Eu acho de uma irresponsabilidade muito forte tentar colocar a figura do Governador, que não tem participação e não tem contato com as pessoas, no centro de um episódio que indiscutivelmente tem que ser levantado. Por isso que eu disse que folgo em ouvir a Oposição, no dia de hoje, ao falar em fazer um inquérito; ao falar em levar à Polícia Federal; em pedir participação da PIC para que se possa, efetivamente, descobrir a serviço de quem e por que razão se grampeou pessoas. Agora, acho de uma precipitação enorme, desmedida e política tentar fazer essa colocação em relação ao Governador do Estado que nada tem a ver com esse assunto.

Não havia, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nenhuma função burocrática definida para o Sr. Raserá dentro do Palácio Iguaçu. Não existe ato de contratação dentro do Palácio Iguaçu; não existe carteira funcional fornecida pelo Palácio Iguaçu a todos aqueles que prestam serviço dentro do Palácio; não havia autorização de coisa nenhuma.

Eu chego a ouvir, levemente colocado, que o Sr. Raserá representou o Governador Roberto Requião numa determinada inauguração na Cidade Industrial, seja lá onde for. Primeiro, não seria a pessoa ideal para fazê-lo

porque não é da área, é da segurança. Segundo, todas as representações feitas do Governador são precedidas por um ofício da Casa Civil para quem está promovendo o ato indicando a pessoa para representar o Governador e um ofício do Palácio para a Raserapessoa que vai representar atribuindo-lhe a responsabilidade. Isso não aconteceu e isso não existe.

Se num determinado momento esse cidadão estivesse numa inauguração e se auto proclamasse representante do Governador, estaria fazendo independente da vontade do Governador. Portanto, não credenciado para fazê-lo.

Nós precisamos levantar esse fato? Precisamos. Sei eu a que interesses servem.

Quando se diz que foram requeridos os processos do Sr. Raser para o Palácio Iguaçu - foram requeridos exatamente para que se pudesse levantar aquele caso que foi amplamente comentado de uma prisão feita no aeroporto de São Paulo.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do Governo***

Dizer que o Governador Roberto Requião absolveu nos processos o Sr. Raser é outra infantilidade de quem não conhece o procedimento do inquérito administrativo do servidor público. Quando existe uma denúncia, uma suspeita, um fato que leve um servidor público a merecer um inquérito administrativo, ele vai para o inquérito, com direito de defesa, depois o Conselho da Polícia dá o seu parecer e ao Governador chega o fato consumado da exoneração ou do arquivamento do processo. Não há figura do Governo que participe dessa reunião do Conselho. O Processo chega exatamente para o final, que é a assinatura do Governador, e esse parecer chegou exatamente pela absolvição.

Portanto, não seria o Governador o tirano, o ditador de fazer contrário àquilo que o próprio inquérito indicava.

#### **O Sr. Nereu Moura (PMDB)**

Permite um Aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Caíto, isso tudo que se fala é campanha política, porque está muito claro que a eleição está definida no Paraná e tenta-se criar um factóide para tirar a eleição cristalina do Governador Requião. Por isso que V. Exa. que foi Chefe da Casa Civil, subiu à tribuna para fazer a defesa do Governo, que nem precisava.

O que se pretende é apenas e tão somente tentar criar um fato para prejudicar o Governador Requião.

Aqui nesta Casa houve uma denúncia no Governo Jaime Lerner de grampos telefônicos. Tentamos criar uma CPI aqui e não conseguimos. A CPI, Deputado Marcos Isfer, foi derrubada na Justiça, eu era membro da CPI. Não conseguimos criá-la porque tinha que ser o objeto claro. E nós naquela momento, para propor a CPI tivemos

que fazê-la abrangente e foi derrubada. Não conseguimos investigar.

Então, na verdade, se a Polícia Federal está investigando, se o Ministério Público está investigando, vamos crer que eles vão investigar e vão trazer ao povo do Paraná, a clareza dos fatos. Estamos absolutamente tranquilos, assim como está o Governador Requião, que na verdade foi um lapso, um deslize, um erro, um crime, praticado por um funcionário público que tem que pagar por isso. E ninguém vai acobertar ninguém.

Agora, querer atingir o Governador Requião numa véspera de eleição, é na verdade um fato pretendido criar justamente porque o Governador Requião a cada dia que passa é mais provável que vença no primeiro turno.

Se for para pensar em criar CPI, Deputado Caíto Quintana, acho que temos que pensar bem e talvez propor um CPI retroativa há oito anos atrás. Vamos passar a limpo o Paraná também, quando funcionários de dentro do Palácio Iguaçu fizeram denúncias graves de que havia uma central de escuta para grampear o telefone de políticos, de empresários. Quem sabe façamos uma varredura de todas as denúncias, para saber o que é verdadeiro e o que é apenas miragem com a única intenção de prejudicar política e eleitoralmente o nosso candidato.

#### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado Caíto permite-me um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Caíto acho que V. Exa. se posiciona corretamente diante de atual situação.

Para não deixarmos esta dúvida, o melhor seria CPI que teríamos poderes de investigação. Não quero discordar, criar uma polêmica com V. Exa. Quero apenas colocar o seguinte: se começarmos a discutir a prisão deste cidadão, funcionários da Casa Civil, acho que nós fazendo a CPI,...

#### **O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)**

Só uma correção: não é funcionário da Casa Civil. Nunca foi.

#### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Estava à disposição. Se criarmos a CPI, está resolvido o problema. Vamos investigar, vamos tirar isso a limpo, fica tudo certo.

A minha convivência na Oposição tem feito com que eu analise o meu passado. Cometi muitos erros. Não quero persistir no erro, quero melhorar. Sou legislador, Deputado, represento uma quantidade de pessoas deste Estado e se for novamente ungido, quero continuar representando, mas a CPI é a saída desta atual situação.

Muito obrigado.

#### **O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)**

Deputado Rossoni, não tenho opinião formada de ser a favor ou contra e talvez merecesse realmente, que as lideranças desta Casa sentassem e discutissem a questão,

para ver se é o caso, agora, ou se é um fato para depois, se é necessária ou não. Porque vejam uma coisa: as próprias acusações que ouvi, aqui, dizendo que uma comissão da Assembléia esteve na Polícia Federal, levando denúncias desse fato e conhecendo a Polícia Federal como eu conheço e todos nós conhecemos, se não houve prosseguimento investigatório ou se não houve prisão, se não houve um ato mais forte, é porque seguramente não se apresentou à Polícia Federal provas suficientes para que ela agisse, porque senão estaria havendo uma acusação muito grave de omissão da Polícia Federal, em um fato que lhe foi comunicado. Ela seguramente, com a preocupação que lhe é peculiar, pelo respeito que todo ser humano precisa, não deve ter encontrado razões naquele instante para prosseguimento.

Então, não é também desprezível, que se leve em consideração a idéia, Deputado Bradock, que a PIC é formada por membros do Ministério Público e por delegados de polícia, pessoas da Polícia Civil que ajudam o trabalho da PIC.

#### **O Sr. Delegado Bradock (PMDB)**

Concede-me um Aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Acho que tenho um esclarecimento a fazer. Esse sistema que estão falando de gravação de ligações telefônicas, existe um aparelho na sede dos órgãos de segurança. Quando é solicitado à Justiça que seja grampeado determinado número de aparelhos com ou sem fio, nesse sistema só a gravação é feita no órgão de segurança, mas a interceptação telefônica é feita na operadora. Portanto, fica quase que impossível se ter esse tipo de maleabilidade telefônica, com qualquer aparelho.

O investigador Rasera fazia e a televisão mostrou grampos nas caixas telefônicas - um sistema bem rudimentar com gravador, que nem existe mais, não se faz mais assim. Houve uma violação nas caixas de telefone, que são bastantes frágeis - qualquer pessoa pode fazer isso -, para serviço de um escritório de detetive particular que ele tem, no nome da espera dele. Acho que não tem nada a ver essa atividade extraprofissional dele como policial, com essa questão utópica do aparelho-guardião, porque não se tem como fazer essa ligação. É quase que impossível se fazer esse tipo de gravação, usando a frequência do telefone, porque ela muda e é muito variável, cada operadora tem uma frequência diferente, então, é difícil de você grampear. Esporadicamente pode haver uma clonagem de telefone, que não é o caso do que aconteceu.

Era só esse o esclarecimento.

#### **O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)**

V. Exa., Deputado Bradock, traz um fato importante, que esse assunto merece ser analisado. Por que não? É uma invasão de privacidade. Os objetivos até agora são estranhos e não se sabe na profundidade a quem servem.

Lembro da imagem de televisão, de estar abrindo a própria polícia uma caixa telefônica, com um gravador colocado, ali, dentro. Isso é absolutamente superado. Este não é o processo que hoje se faz de escuta autorizada pela Justiça, quando você vai ouvir quadrilheiros, pessoas que compram e vendem tóxico, para poder montar um flagrante. Nada disso! É uma coisa rudimentar e colocar bem V. Exa., talvez, a serviço do escritório de investigação, que o cidadão possuía individual, seu.

Não podemos, por respeito ao nosso Estado, envolver isso como se fosse uma atividade do governo ou de governo, porque não existe razão para isso, não existe vínculo nisso, não se sabe as pessoas, inclusive, que investigadas foram. Podem ter sido pessoas de quadrilhas, clientes seus, tantos e tantos fatos. E já vi muitas declarações enfáticas, como se verdadeiras fossem, que há o comando do Governador. O que é isso?

Todos nós conhecemos a figura do Governador Requião. Todos nós conhecemos o seu estilo de "bate e leva". Não é assim!

Então, gostaria que discutíssemos esse assunto na profundidade que ele merece, sem sermos levianos, para procedermos um espaço que antecede a eleição e esquecemos talvez de investigar o verdadeiro culpado, tentando transferir essa responsabilidade para quem nada tem a ver com o fato.

Obrigado, Sr. Presidente!

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Não há orador inscrito para o Horário da Liderança da Oposição.

### ***Ordem do Dia:***

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 45 Srs. Deputados.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Emenda Aditiva de Plenário de nº 01, ao Projeto de Lei nº 450/06 de autoria do Deputado Nereu Moura, devidamente apoiado, constante do expediente. **Transforme-se em projeto à parte.**

Projeto de lei complementar, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, com apoio do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2142, de autoria dos Deputados Jocelito Canto, Delegado Bradock, Miltinho Pupio e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito formada por 07 (sete) Deputados, por um prazo de 120 dias, para averiguar denúncias sobre a existência de grampos telefônicos no âmbito do Poder Público Estadual, nos últimos 12 (doze) anos. **Recebido; Protocole-se; Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso; à Diretoria Legislativa, para providências.**

Requerimento nº 2143, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Arlete Caramês e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito formada por 07 (sete) Deputados, por um prazo de 120 dias, para, em face da prisão de assessor especial de Governador por envolvimento em escuta telefônica clandestina, formação de quadrilha e porte ilegal de armas de uso proibido e restrito, investigar a possibilidade de envolvimento do Governo Estadual em esquema de escuta telefônica ilegal. **Recebido; Protocole-se; Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso; à Diretoria Legislativa, para providências.**

Requerimento nº 2124, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2118, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoio dos Srs. Deputados Jocelito Canto, Ratinho Júnior, Nelson Garcia e demais Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 11.09.06 (segunda-feira), em Comissão Geral para a Mensagem nº 056/06, Projeto de Lei nº 450/06, de autoria do poder Executivo. **Aprovado.**

O projeto foi recebido no dia 05/09 e, conforme o Regimento, seguiu os tramites com condições de ser apreciado.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) **(Pela Ordem)**  
Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**  
Será procedida a chamada nominal. Solicito à 1ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin, para que proceda à chamada nominal.

A SR. 1ª SECRETÁRIA **(Luciana Rafagnin)**  
**(Procede à chamada nominal)**

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**  
Trinta e oito Srs. Deputados responderam a chamada.  
Em votação o requerimento. **Aprovado.**

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### 3ª Discussão

#### ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, instituindo o Programa de Revitalização Fiscal das empresas paranaenses, com fulcro no artigo 41, da Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005 (Código de Defesa do Contribuinte). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emendas aprovadas em 2ª Discussão.

Em votação emenda modificativa da CCJ. **Aprovada.**

Em votação emendas aditivas da CCJ, 1, 2, 3 e 4. **Aprovadas.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

### 2ª Discussão

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, denominando de Prefeito Gabriel de Oliveira Silva a Rodovia PR-550, que liga os municípios de Iguaçu e Munhoz de Mello ao município de Santa Fé no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/06, objetivando instituir a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, mediante integração da Faculdade Estadual do Norte Pioneiro - FUNDINOP, a Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho - Faefija, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio - FAFI, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - Fafija, e a Fundação Faculdade Luiz Meneguel - FFALM, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DA CCJ.

EMENDA ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 450/06

Acrescente-se aonde couber no Projeto de Lei nº 450/06, Mensagem do Poder Executivo nº 056/06 da Sessão Extraordinária do dia 04 de agosto de 2006:

“Fica a extensão da Universidade do Centro do Paraná - Unicentro, com sede em Laranjeiras do Sul elevada a condição de Campus Universitário”.

Sala das Sessão, em 11.09.06.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Valdir Rossoni, Reni Pereira, Vanderlei Iensen e Geraldo Cartário.

Quero designar o Deputado Hermes Fonseca para relatar a emenda de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura.

O SR. HERMES FONSECA

Sr. Presidente, peço um tempo para poder relatar.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Suspendo por dois minutos a Sessão para que o relator possa ter conhecimento da matéria.

**(Reaberta a Sessão)**

Conforme entendimento com o autor da emenda, ela foi retirada e transformada em projeto de lei que levou o número 478/06.

2ª Emenda - Designo o Deputado Barbosa Neto para que relate a emenda.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, somos relatores deste projeto e a emenda modificativa da Lei 450/06 recebe deste relator, parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Em votação.

O SR. HERMES FONSECA (PT) (**Para encaminhar**)

O ilustre Deputado Barbosa Neto relatou a emenda proposta pelo Deputado Valdir Rossoni, com o seu parecer favorável. No entanto, gostaria de encaminhar no sentido contrário.

Gostaria de dizer que a criação da Universidade do Norte do Paraná é uma maneira de começar a corrigir aquela Universidade, a Unespar, criada no Governo passado, integrando todas as faculdades isoladas deste Estado e que até agora não saiu do papel, porque não houve integração administrativa, não houve um entrosamento entre as comunidades acadêmicas. Geograficamente a administração torna-se difícil e complicada, porque o campus inicialmente previsto em Jacarezinho, está colocado em um outro extremo do Estado, quando temos faculdades em Campo Mourão, em União da Vitória, em Paranaguá, na própria capital, Curitiba. Enfim, todas as demais faculdades isoladas fazem parte daquela Universidade criada pelo Governador Jaime Lerner, chamada Unespar.

A criação da Universidade do Norte do Paraná é uma tentativa para começar a corrigir essa distorção; é uma luta histórica do Norte Pioneiro e do Norte do Paraná. É uma proposta perfeitamente exequível, porque os municípios onde estão sediadas as faculdades isoladas, distam no máximo, noventa quilômetros da sede mais distante.

Jacarezinho, como sede da Reitoria dessa nova Universidade, está distante quarenta quilômetros de Bandeirantes que sedia a Fundação Faculdades Luiz Meneguel, que vão fazer parte dessa nova Universidade.

Cornélio Procópio dista de Jacarezinho, noventa quilômetros, onde está sediada a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio. A escolha de Jacarezinho é uma questão de justiça, porque lá existem três faculdades isoladas, estaduais: a Faculdade de Educação Física, de Filosofia e a Faculdade de Direito que é uma das melhores deste país.

A tentativa de correção da Unespar faz com que o Governo tome a iniciativa de atender a um anseio histórico, um anseio de mais de trinta anos, da comunidade do Norte Pioneiro e do Norte do Paraná.

Portanto, essa emenda proposta pelo Deputado Rossoni, caberia na tentativa de se criar uma Universidade do Sul. Incluir nesse projeto que é específico e que pretende corrigir essa proposta inicial é incabível porque, inclusive essa proposta não foi para frente exatamente por falta da integração administrativa e da distância entre as isoladas que comporiam a Unespar.

Desta forma, peço aos nobres Pares desta Casa, que rejeitem a emenda proposta, com todo o respeito ao Deputado Rossoni, com a liderança que ele tem na sua região, com os Deputados que fazem política naquela região, possa fazer aquilo que fizemos no Norte, com o Deputado Hermas Brandão, Presidente desta Casa, e, e demais outros Deputados, nesta luta para a conquista, juntos às comunidades, junto a comunidade regional para que essa Faculdade pudesse ser proposta e constituída.

Há caminhos melhores do que colocar uma emenda, emenda que vai na verdade inviabilizar essa nova proposta do Governo do Estado.

Desta forma, peço aos demais Pares que votem contra a emenda proposta pelo Deputado Rossoni.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Inicialmente rogo a V. Exa. que se afaste da Presidência e venha para o plenário ajudar a nossa União da Vitória. Está aí o segundo Vice-Presidente, Augustinho Zucchi. V. Exa. poderia vir votar comigo aqui porque União da Vitória clama por essa Universidade.

Quero dizer ao ilustre Deputado Hermes da Fonseca que tudo o que ele falou, concordo em gênero, número e grau e voto com ele. Agora, não há justificativa, em nenhum momento entrou na questão da constitucionalidade e estamos votando agora a constitucionalidade, não há justificativa cabível para esse caso.

Veja que já existe a Unespar, pinça-se do meio das faculdades e cria-se uma outra Universidade.

Se pode isso, podemos criar a Universidade do Sul. Como dar tratamento igual às regiões? Claro que reconhecemos a necessidade da criação dessa Universidade. Reconhecemos, concordamos e votamos. Agora, a nossa atitude como representante da região Sul, é legítima, porque faz dois anos que o Prefeito da cidade de União da Vitória, os Vereadores, as lideranças, os Deputados estão querendo criar a Universidade. E há todas as condições. No momento em que unificarmos a Faculdade Estadual com a Municipal, há todas as condições de se criar a Universidade.

Por esta razão, quero dizer aos Srs. Parlamentares que não quero fazer uso da chantagem, mas se numa eventualidade for dado como inconstitucional a minha emenda, passo, a partir deste momento, a obstruir a votação.

Vou ficar aqui até meia noite, não vai dar quórum e vamos derrubar a sessão.

Agora, acredito no bom senso, se há legitimidade de criar a Universidade do Norte, e eu concordo, há legitimidade de criarmos a Unisul, que faz dois anos que estamos trabalhando para criarmos essa Universidade que atende a São Mateus do Sul. São Mateus tem extensão de cursos da Faculdade de União da Vitória, e por esta razão, queremos ter autonomia, queremos criar a Unisul aonde teremos a oportunidade de também levar à região Sul a mesma oportunidade que estamos levando à região Norte.

Há possibilidade de levarmos para lá o desenvolvimento, de levarmos para União da Vitória o mesmo que Jacarezinho vai ter.

Então, em nenhum momento este Parlamentar está se posicionando contrário ao projeto do Governo, eu apenas quero tratamento igual, isonômico. Não há como rejeitar a minha emenda para justificar a Unespar. A Unisul tem mais condições do que a Unespar. Se formos fazer uma verificação, podemos até convocar aqui a Comissão de Educação para que eles façam uma visita às faculdades de Jacarezinho e de União da Vitória, e certamente a Comissão de Educação vai chegar à seguinte conclusão: que as duas merecem ser criadas como Universidade. Por que Universidade? Para dar autonomia, para criar novos cursos, possa dar novas oportunidades para os jovens daquela região. O que acontece hoje nas regiões de Jacarezinho e União da Vitória? É um passeio de ônibus toda noite; é gente saindo de União da Vitória indo para Guarapuava; é gente saindo de União da Vitória indo para Irati; a mesma coisa acontece com Jacarezinho.

Queremos acabar com esse turismo de ônibus de estudantes, nada melhor que esse estudante ter a sua oportunidade na sua cidade, na sua região.

Vamos tratar, sim, com coerência esta situação, vamos dar a oportunidade ao Governador do Paraná a sancionar a Unisul junto com a Uninorte. Seria uma grande festa, seria um grande feito deste Poder Legisla-

tivo, e seria um grande feito do Governador hoje em exercício, que está lutando legitimamente em defesa da região Norte do Paraná.

Então, por esta razão, peço aos Srs. Deputados que se posicionem favoráveis à minha emenda que os senhores estarão dando tratamento isonômico a duas regiões iguais que não podem ser tratadas de forma diferente.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado José Maria, V. Exa. encaminha contra ou a favor?

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Para Encaminhar)**

Contra a emenda.

Sr. Presidente, a segura legitimidade ao Deputado Pedro Ivo e ao Deputado Rossoni no sentido de defender a sua região, mais do que legítimo. Agora, a instituição, criação de uma Universidade, não acontece de um fato aqui dentro da Assembléia, num processo de votação em cima de criação de uma outra Universidade. Ela é fruto de um processo de discussão, de um processo e planejamento de todos, o envolvimento da sociedade, mais o Governo. A Universidade do Norte do Paraná há muito vem sendo reclamada, e a colocação da proposta de emenda do Deputado Valdir Rossoni, que já disse anteriormente, assegura-lhe a legitimidade, mas não assegura a legalidade, não assegura a praticidade da execução da sua emenda.

É por isso que a emenda do Deputado Rossoni, com todo respeito, só viria trazer dificuldade para a implantação da Universidade do Norte do Paraná.

Esta, sim, já é um processo de discussão, já é um processo de amadurecimento. E pode ter certeza o Deputado Valdir Rossoni, o Deputado Pedro Ivo, Presidente desta Casa neste instante, que a hora que tiver essas condições amadurecidas dentro do Governo e dentro da sociedade da região Sul, estaremos aqui para apoiar, porque a Universidade leva o desenvolvimento, a cultura, leva o sentimento de pesquisa, diminui o passeio, mas não o elimina, porque alunos de Londrina, Cambé e Ibiporã ainda vêm estudar na cidade de Cornélio Procopio, em Lins, em Marília. Isso não é justificativa para dizer que vamos acabar com o passeio, que vai diminuir.

Mas, teremos uma outra oportunidade, Deputado Pedro Ivo, para estarmos aqui, apoiar a criação da Universidade do Sul.

E, com certeza, o Deputado Valdir Rossoni e o Deputado Pedro Ivo já demonstraram seu interesse e poderiam bem retirar a emenda para que não impusesse prejuízo na emenda da criação da Universidade do Norte Velho do Paraná.

Se não for possível retirar, que façamos a votação de rejeição da proposta de emenda do Deputado Valdir Rossoni.

Muito obrigado.



**O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)**

Vou encaminhar a favor.

Entendo as ponderações feitas pelos Deputados que defendem o parecer favorável para a criação da Universidade de União da Vitória.

Quando os Deputados Valdir Rossoni e Pedro Ivo apresentam essa emenda, é por uma questão de oportunidade também. Obviamente, sabemos que a Universidade de Jacarezinho já vem há bastante tempo sendo debatida. Mas sabemos também que o projeto chegou aqui sem ter previsão de gasto para o próximo orçamento. Não há previsão de quais serão os valores dispendidos com a universidade. Quando eles trazem essa emenda é por conhecer a realidade de União da Vitória. Falo isso, porque sou de União da Vitória. Saí de lá justamente porque era uma cidade e continua sendo uma cidade que oferece pouquíssimas oportunidades. União da Vitória está naquilo que se chama no Paraná, de corredor da fome. É uma cidade que há mais de um século - diferente do Norte Pioneiro - vem sofrendo por ter uma terra difícil de ser cultivada. Sofreu duas grandes enchentes e tem uma dificuldade econômica pelo seu posicionamento geográfico, diferente do Norte Pioneiro e de outras regiões. Nem por isso acho que não devamos ter a Universidade do Norte Pioneiro. Não acho que é prioridade. Mas, como alguém que conhece aquela cidade, que viveu dezenove anos e que saiu de lá por falta de oportunidade, acho que seria uma insensibilidade votar contra uma emenda como essa.

Se o Conselho Estadual de Educação ainda não fez a apreciação, não fez nenhuma das duas. Se temos hoje a necessidade de melhorarmos a infra-estrutura das universidades atuais que temos, porque aqui foi motivo de debate, de queixumes feitos contra o Governo Federal, quando dizíamos que não havia recursos federais para as nossas universidades e se falava em federalizar uma das nossas universidades estaduais.

Certamente, este é o momento que nós que conhecemos aquela cidade, aquela região, que sabemos do esforço que aquela juventude faz para poder estudar, sair de lá para vir a Curitiba, a Londrina, a Cascavel, a Guaruapuava, sem dúvida nenhuma, será diminuída em muito. Não eliminará, mas será diminuído em muito esse fluxo de pessoas que saem para estudar fora.

Encaminho e votarei favoravelmente.

Muito obrigado.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO (PMDB) (Para Encaminhar)**

Vou encaminhar contrário.

Sr. Presidente, quero aproveitar e dizer o seguinte: há muitos anos que estamos nesta Casa e em todas as legislaturas apresentamos um projeto criando a Universidade Metropolitana de Curitiba. Ainda não tivemos essa satisfação por falta de recursos, mas não é agora, por falta de recursos ou que não tenha sido criada a Universidade Metropolitana que não vamos votar e aprovar essa criação da Universidade do Norte Pioneiro.

Logicamente que a Universidade do Sul, que o Rossoni também cita, acho que o nosso Líder Dobrandino daqui a pouco vai falar, não quero antecipar o que ele vai dizer, e vamos votar satisfazendo todos os companheiros que aqui estão, principalmente na véspera de eleição, quando ninguém deve votar e pode votar contra as regiões.

Só queria enaltecer, uma vez mais que com a criação da Universidade do Norte Pioneiro, Sr. Presidente, vamos ter a felicidade em Cornélio Procópio, por exemplo, de termos cursos de Medicina, de Engenharia, que não tem até hoje, e é uma das cidades mais tradicionais do nosso Estado. Temos também o reconhecimento da grande Faculdade de Direito que é de Jacarezinho e faz jus, como disse o Deputado Hermes Fonseca, porque Jacarezinho é uma faculdade ótima e não tem problema nenhum.

Que fique registrado nos Anais desta Casa, que este Deputado é a favor da Universidade do Sul, do Rossoni; da Universidade Metropolitana de Curitiba, porque os trabalhadores da região metropolitana não têm uma universidade paga com recursos do Estado, apenas o interior, e porque a Universidade Federal que tem em Curitiba, atende ao Brasil inteiro.

Desta forma, Sr. Presidente, só quero me colocar a favor de qualquer projeto que o Governo encaminhe para cá que seja para criar universidade.

Este é o grande avanço do Paraná. Parabéns ao Governo que está mandando este projeto para cá.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Solicito se tem mais alguém que queira encaminhar favoravelmente.

**O SR. MARCOS ISFER (PPS)**

Eu quero encaminhar favoravelmente.

**(Assentimento)**

Deputado Zucchi, que preside esta Sessão, e Deputada Luciana que é do Sudoeste, enfim, Deputados que conhecem bem a necessidade a região Sul.

Quero parabenizar o Deputado Hermas Brandão, que hoje é nosso Governador, porque a sua luta, enfim, rendeu frutos. Lembro-me quando aprovamos, Deputado Zucchi, num final de legislatura, esse projeto criando a integração das faculdades e, a partir dali veio e chegamos no centro, agora universidade. É justamente esse o caminho. O caminho da luta, o caminho de levarmos à discussão, o caminho de aprovarmos emendas como essa que hoje é proposta, que fazem com que o Governo possa evoluir e avançar no seu pensamento.

Naquela oportunidade, dizia-se que a Universidade do Norte era um sonho de verão e que não iria acontecer. Está acontecendo justamente pela luta de todos os Deputados desta Assembléia a favor dessa Universidade do Norte do Paraná, tão bem-vinda e necessária.

Agora, é muito necessária a nossa Universidade do Sul do Paraná também. Eu estive, algumas vezes, com o

Prefeito Hussein Bakri, lá de União da Vitória, e não foi nem uma, nem duas vezes que ele clamava para que a Assembléia se unisse em torno dessa proposição que hoje está acontecendo nesta Casa. Então, quero defender que todos votemos favoravelmente.

Sabemos da dificuldade, sabemos que num primeiro momento, mesmo aprovando a emenda, mesmo aprovando a lei, isso não vai acontecer de imediato. A mesa coisa aconteceu com a Universidade do Norte: quanto tempo ficamos discutindo para hoje estarmos aprovando?

E é esse o caminho. É o mesmo caminho que trihamos quando quisemos federalizar o Cefet. V. Exas. lembram a luta que foi para que isso acabasse ocorrendo e o Estado do Paraná pudesse ter mais uma Universidade Federal. É esse o caminho legislativo que tem que ser traçado.

Então, quero aqui pedir a todos os companheiros que aprovemos a emenda e façamos avançar o Sul do Paraná como avança o Norte.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, a vinte dias de uma eleição - um projeto como esse - é claro que sabemos quais são as intenções. Desculpem os autores. Não tenho dúvida nenhuma disso. Claro que o direito da região de ter a sua universidade é legítimo. Concordamos. Mas, quem vai pagar a conta, que é o Governo, não se manifestou ainda. A minha orientação é a seguinte: votarei contrário, mas libero a Bancada para votar do jeito que quiserem e o Governo que vai vetar ou sancionar o projeto. Está liberada a Bancada.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Sr. Presidente, apenas uma Questão de Ordem antes.

Não quero pensar como o Líder do Governo, dizer que o projeto do Governo é só por causa da eleição. Como não estou pensando isso do Governo, espero que ele não pense da minha emenda da mesma forma.

**O SR. PEDRO IVO ILKIV (Para Encaminhar)**

Presidente Augustinho Zucchi, demais Deputados.

Gostaria de me manifestar favorável à emenda pela criação da Universidade do Sul do Paraná.

União da Vitória, uma cidade do Extremo Sul, divisa com Santa Catarina, já foi chamada por muito tempo de "corredor da fome".

Uma região de muita pobreza, de muita dificuldade, e que ao longo do tempo vem se discutindo algumas aptidões. Entre as aptidões e a luta da sociedade organizada, da Associação Industrial, Comercial, do Conselho da Mulher Executiva, das lideranças da sociedade em União da Vitória, foi sempre pela construção de transformar União da Vitória em um Centro Universitário, para que possa, assim, refletir na economia do muni-

cípio, de todos os municípios em torno de União da Vitória.

Então, jamais poderia ser contrário, e sou favorável pela criação da Universidade do Sul do Paraná.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Para Encaminhar)**

Apenas para manifestar o meu acordo em relação à criação da Universidade do Norte Pioneiro e o em relação à emenda que tramita junto a este projeto, que cria a Universidade da Região Sul do nosso Estado.

Apenas para alertar os Srs. Deputados: no Brasil, são 44 milhões de jovens entre 18 e 24 anos de idade. Apenas quatro milhões estão se capacitando para ter uma profissão no curso superior.

É correta a emenda, é correto o projeto, é bom que o Paraná invista na educação de ensino superior, porque só vamos criar um novo Brasil, uma nova sociedade, se tivermos a educação como prioridade.

Vi alguns argumentos para tentar derrubar a emenda do Deputado Valdir Rossoni. Entre eles, talvez o principal é a questão de dotação orçamentária. Quero fazer uma sugestão ao Governo, que tão logo aprove a emenda e o Governador sancione, envie à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o pedido de suplementação, que poderá, com o acordo desta Assembléia, regularizar a situação do ponto de vista da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A região Sul é uma das regiões mais empobrecidas do nosso Estado. E o Governo precisa ter um olhar diferente, com mais carinho para a região Sul do nosso Estado.

Por isso, a Bancada do PT acompanha a emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Em votação o parecer do relator. **Aprovado.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

**1ª Discussão**

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n 501/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, que dá nova redação ao artigo 9º da Lei Estadual nº 7257, de 30 de novembro de 1979, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/05, de 23/08/05)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N 501/05**

**P A R E C E R :**

**Do Projeto**

De autoria do Deputado Waldir Leite, o Projeto de Lei nº 501/05 pretende incluir novo inciso ao artigo 9º da

Lei 7257, de 30 de novembro de 1979, que versa sobre o Funrespol - Fundo Especial de Reequipamento Policial.

Com tal iniciativa, o autor pretende isentar da taxa de segurança os documentos e atos relativos aos clubes de terceira idade declarados de Utilidade Pública.

De fato, o artigo 9º da Lei 7257/79 assim expressa:

*São isentos da Taxa de Segurança, os atos e documentos relativos:*

*I - às finalidades declaradas escolares, militares e eleitorais;*

*II - à situação funcional dos servidores públicos em geral, ativos e inativos;*

*III - ao interesse de pessoas comprovadamente pobres.*

A estes o autor pretende acrescentar:

“IV - aos clubes de terceira idade, desde que possuam declaração de Utilidade Pública.”

#### **Da Constitucionalidade e Legalidade**

A Constituição Federal, no capítulo das competências, diz que:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre*

*I - direito tributário...*

Em seu parecer de 27 de setembro de 2004 e tratando de matéria da mesma natureza, o Projeto de Lei nº 246/03, de autoria do Deputado Hermas Brandão, o ilustrado membro desta Comissão, Deputado José Maria Ferreira afirma que:

*O Projeto de Lei nº 246/03, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 7257, de 30 de novembro de 1979, alterada pelas Leis nºs 7812, de 29 de dezembro de 1983 e 9174, de 29 de dezembro de 1989, ficando automaticamente extinta a taxa de segurança por ela criada. E acrescenta: O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional e visa extinguir a taxa de segurança...*

Aliás, o tema é recorrente no Judiciário, que assim já decidiu:

“Acordam os julgadores integrantes da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos em negar provimento à apelação e confirmar a sentença em reexame necessário. Ementa: Mandado de Segurança - Taxa de Segurança - Funrespol - Cobrança Indevida - Ilegalidade Caracterizada - Ausência de Serviço Específico - Concessão da medida em Primeiro Grau. A cobrança da Taxa de Segurança relativa ao Funrespol está sujeita a principiologia específica de tal modalidade tributária (artigo 145, II, da Constituição Federal e disposições atinentes do Código Tributário Nacional). Não podendo, como taxa, ser instituída sobre o simples exercício de atividade ilícita e não sujeita diretamente a controle policial, e sem que corresponda a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição desprovido da apelação. E manutenção da sentença em reexame necessário” (Julgado em 06/10/2004.

Acórdão 2463. rel. Ap. 14386280. Des. Luiz Carlos de Oliveira, 2. Cam. Cível).

De outra:

“Acordam os julgadores integrantes da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos em dar provimento ao recurso nos termos supra. Ementa: Tributário - Taxa de Segurança Pública e Taxa Funrespol - Hotel - Exercício do Poder de Polícia - Ilegalidade da Cobrança - Exigência de Prestação de Serviço Específico e Divisível - Artigo 145, Inciso II, da Constituição Federal - Inocorrência - Mandado de Segurança - Concessão - Recurso Provido.” (Julgado em 30/09/1998. Acórdão 14010. Ap. 031727900.4 Cam. Cível. Juiz Lauro Laertes de Oliveira).

Sem adentrar, porém, no aspecto da análise constitucional da cobrança e Taxa destinada ao Funrespol, e permanecendo no âmbito do Projeto de Lei nº 501/05, apresentamos emenda supressiva ao artigo 2º para adequá-lo ao texto da Lei Complementar nº 095/98.

#### **Do Voto**

Do exame da matéria somos de parecer favorável à sua tramitação e aprovação.

Sala das Comissões, em 11.11.05.

(aa) RATINHO JÚNIOR

Presidente em exercício e Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 501/05**

“Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 11.11.05.

(a) RATINHO JÚNIOR

Presidente em exercício e Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Delegado Bradock, Reni Pereira, Duílio Genari, Nelson Justus e Elton Carlos Welter.

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 501/05**

**P A R E C E R :**

#### **Apresentação**

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Waldir Leite, objetiva dar nova redação ao artigo 9º, da Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979.

#### **Fundamentação**

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, inicialmente manifestou-se pela realização de diligências junto ao autor da proposta para que o mesmo detalhasse o projeto em questão.

Foram tomadas as devidas providências, bem como apensadas informações à matéria em tela.

### Conclusão

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei pelos demais órgãos desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 753/05, de autoria do Deputado Artagão Júnior, dispondo sobre questões de convicção religiosa, acesso ao cargo público e direito à educação, na esfera do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 134/05, de 30/11/05).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 753/05

#### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva dispor sobre questões de convicção religiosa, acesso ao cargo público e direito à educação, propondo que, pessoas com convicção e profissão de fé, pertencentes a uma religião ou crença, tenham horários especiais para a realização de provas de concurso público e de vestibulares em datas não conflitantes com suas crenças de princípios religiosos.

#### Fundamentação

A Constituição Federal determina em seu artigo 5º:

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;*

(...)

*VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;* (grifo nosso).

O texto supracitado deixa clara a idéia do legislador constituinte em igualar todos os cidadãos brasileiros, independente de sua cor, raça ou credo. Ao tentar estipular datas especiais para seguidores de determinadas religiões, o presente projeto acaba por discriminar as demais culturas religiosas.

Não há como se conceber a idéia de ser realizado um concurso público ou mesmo um concurso vestibular diferenciado por questões religiosas, pois não seria possível fazer provas diferentes para candidatos “iguais” uma vez que se as provas fossem realizadas em datas diferentes devem também ter seu conteúdo diferenciado, para evitar qualquer tentativa de fraude. Essa atitude daria

marginem a inúmeros recursos impetrados pelos candidatos alegando que uma prova teve um maior grau de dificuldade, que se tivessem feito a outra prova logariam melhor colocação, etc.

Em relação às disposições que estabelecem o abono de faltas a alunos de religiões que “guardem” determinados dias da semana, como o projeto mesmo menciona, já existe a Lei nº 11.662/97 que regula esta matéria, não sendo portanto necessária a análise destas disposições.

#### Constitucionalidade

Na mesma esteira, o artigo 178, da Constituição Estadual determina:

*Art. 178. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

*I - igualdade de condição para acesso e permanência na escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação. (...) grifo nosso.*

O texto legal também veda qualquer forma de discriminação na esfera educacional.

Voltamos a ressaltar que, no intuito de preservar um determinado grupo de pessoas, o projeto acaba por discriminar as demais, estando em descompasso com a vontade de legislador constituinte.

Com relação à legalidade legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

#### Conclusão

Dessa forma, em sede de parecer, opina-se pela não aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 753/05

#### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Júnior, dispõe sobre questões de convicção religiosa, acesso ao cargo público e direito à educação, na esfera do Estado do Paraná.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer favorável do Deputado Hermes Fonseca.

Chamada esta Comissão a se manifestar, consideramos que a matéria é de grande benefício para a Educação e Religião onde formam uma simbiose perfeita no indivíduo e quando se fundem forjam o caráter de todo cidadão de bem, útil à família, balizadores da ética cristã, indispensável à sociedade, imprescindível às instituições, braço forte do setor produtivo que por contingência formam uma nação saudável e próspera.

Diante do exposto, em razão de não vislumbrar qualquer óbice, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 753/05.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Voto em separado.

Por entender que a educação é laica, e o Estado não pode estar criando situações diferenciadas. A opção de credo ou a orientação sexual, assim como a cor não podem ser motivos de diferenciação entre candidatos.

O artigo 37 da Constituição Federal é bastante claro quando trata da Administração Pública.

Estas são as razões para o voto contrário.

Curitiba, 29.08.2006.

(a) TADEU VENERI

Em votação:

**O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Discutir)**

Sr. Presidente, o projeto que está sendo votado agora prevê uma situação diferenciada, dispõe sobre questões e convicções religiosas, acesso a cargo público e direito de educação.

Na verdade, Sr. Presidente, estou pedindo para discutir, porque me parece que há alguns pareceres contrários a esse tipo de iniciativa, porque além de criar uma situação de diferença entre pessoas, com credos diferentes e criar uma despesa a mais para o Estado, cria uma discriminação com aqueles que terão, por exemplo em um vestibular, teremos pessoas que farão vestibular em determinado dia e outras pessoas, Srs. Deputados, por conta do seu credo religioso terão que fazer este mesmo vestibular em um dia diferente.

Ora, a pergunta que faço: será que temos clareza que o Estado e a religião são separados, podemos aprovar um projeto que crie situações diferenciadas, para concurso público, para concurso universitário? Entendo que não.

Entendo, inclusive, que um projeto como esse deveria vir acompanhado de uma previsão de despesas, caso aconteça. Porque fico pensando, Sr. Presidente, se tivermos vestibular nas cinco universidades e nas demais faculdades no Estado do Paraná e nesse vestibular, nesse dia, Deputado Marcos Isfer, tivermos pessoas que por sua convicção religiosa tenham que fazer vestibular em dias diferentes, quem vai fazer provas diferenciadas? Quem vai bancar o custo de salas diferenciadas? Para que algumas pessoas, eu não sei se duas, três ou cem, façam vestibular em outros dias. Mais ainda: qual é a forma que teremos que garantir que não haja nenhum tipo de vazamento de informações, da primeira para a segunda prova, em casos diferentes?

A mesma coisa serve para concurso público. Acho que a intenção é boa e faz com que tenhamos preservado

o direito daquelas pessoas que têm uma convicção religiosa diferenciada. O Estado não pode, por conta desse tipo de comportamento, ser obrigado, instado, a ter despesas a mais para que possamos contemplar segmentos diferenciados. Se fizermos assim, estaremos discriminando as demais pessoas.

Fico me perguntando, se por exemplo, essas pessoas fariam um concurso público em um dia anterior ou no dia posterior? Em um horário diferenciado, mais cedo ou mais tarde? Como nós viabilizaríamos?

Sr. Presidente, acho que a liberdade de crença, assegurada na Constituição Federal do Brasil, não autoriza que possamos utilizar as crenças religiosas como obstáculo, mas também não autoriza que a crença religiosa possa ser um tipo de discriminação, com aqueles que não compartilham da mesma crença.

Por isso, Sr. Presidente, votarei contrário e encaminho contrário ao projeto. Dei parecer contrário da Comissão de Educação, por entender que não cabe ao Estado fazer com que tenhamos situações diferenciadas, privilegiando este ou aquele grupo.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Apenas esclarecendo, Deputado Tadeu Veneri, estamos votando a constitucionalidade. É a primeira discussão. V. Exa., enfim, encaminhou.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Artagão, devolvo a Presidência ao nosso Presidente.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)**

Somente esclarecendo os questionamentos do Deputado Tadeu Veneri, o próprio projeto está discriminado de como seria feito o procedimento, no caso da realização de um vestibular ou de concurso público, no dia do entendimento em função do credo religioso. Essa pessoa ficaria em um ambiente adequadamente encontrado e promovido, a fim de que, no primeiro horário, que lhe fosse permitida a realização do concurso ou do vestibular, ele assim o executasse. Essa é uma prática constante, provocada em função de medidas liminares, através de mandados de segurança. A minha assessoria jurídica constantemente fez isso, baseado no artigo 5º da Constituição, como V. Exa. bem sabe.

Existem projetos similares em outros Estados, com a mesma característica. Fizemos esse projeto em consonância com a Procuradoria Geral do Estado, a fim de que não houvesse óbice nesse sentido. Consultamos o Procurador-Geral do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda, ajustamos o nosso projeto aos questionamentos eventuais que existissem em função da legislação e temos a certeza que hoje ele se encontra em condição legal e peço aos demais Pares que votem favoravelmente ao projeto.

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, aqui as pessoas, de um modo geral, sabem que não sou evangélica, mas sou uma pessoa defensora incondicional do direito no Brasil de todas as

pessoas exercerem sua fé nas mais variadas religiões que existem. O Brasil é um país laico e, portanto, não preciso necessariamente pertencer a esta ou àquela religião para defender o direito das pessoas de exercerem sua fé, as normatizações da sua crença.

Esse projeto, conforme disse o seu autor Artagão, já há uma prática dos sabatistas que existe um preceito dentro da religião que neste dias todas as atividades relativas a trabalho ou extra-religiosas, sejam respeitadas. E assim tem sido feito de forma até aberta, sem nenhuma normatização no Estado. Poderia falar que seria ferir o princípio isonômico ou coisa que o valha, mas desde que o concurso seja feito em um outro dia, com toda a fiscalização, com todas as normas, com toda a segurança do dia anterior e garantisse a essa pessoa que tem essa fé que ao fazer essa atividade estaria pecando contra a sua religião, acho que não teria problema nenhum.

Portanto, acho que garantir esse direito através de lei, essa liberdade de expressão através de lei, não fere a nenhum de nós e garante às pessoas que têm esse entendimento, a também fazerem o concurso. Não creio que essa seja a tese mais complexa e mais difícil que tenhamos discutido aqui na Casa.

Portanto, eu mesma já fui prejudicada em um projeto aqui que tratava da questão dos direitos humanos, ou seja, um projeto que considerava crime de perseguição e violência contra pessoas por orientação sexual. A Bancada Evangélica pediu a retirada do projeto e houve na Casa toda uma situação, de maneira que esse projeto fosse arquivado. Mas, mesmo assim, como democrata que entende que temos que respeitar direitos incondicionalmente, queria dizer que devemos votar favoravelmente a esse projeto, porque ele não atinge e nem agride fundamentalmente nenhum outro direito, à medida que as regras, as normas e todos os critérios de um concurso público, eventualmente, não seriam alterados ou mudados para aqueles que fizessem após o sábado.

Então, encaminhado favoravelmente ao projeto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Somente para dizer que sou favorável ao projeto do Deputado Artagão Júnior e estaria votando com ele por respeitar principalmente a sua figura, respeitar o que ele está defendendo aqui, porque ele é um representante dessa ideologia religiosa e estaremos votando com ele por conhecê-lo e por respeitá-lo como nosso companheiro nesta Casa.

O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Da mesma forma, gostaria de apoiar esse projeto e estar aqui declarando esse apoio, apesar de não sermos da mesma denominação religiosa, mas entendemos realmente que é uma forma de estarmos respeitando essa crença, essa fé e por isso vamos estar votando a favor.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

O SR. TADEU VENERI (PT)

Com voto contrário do Deputado Tadeu Veneri.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Com voto contrário do Deputado Tadeu Veneri.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, não sei se estou infringindo o Regimento Interno, mas, queria um esclarecimento, uma solicitação. Vou falar e se for improcedente V. Exa. diz que não procede. O pedido é o seguinte: temos aqui hoje um grupo de advogados que quando discutimos o PCCS eles solicitaram que fosse incluído naquele plano a correção salarial dos advogados.

Não foi possível e nós - o Líder do Governo e da Oposição - negociamos com eles que seria feito um projeto à parte. Esse projeto foi feito, votamos por unanimidade, favoravelmente, já tem parecer da CCJ e gostaria de saber da possibilidade de incluirmos na pauta da Sessão Extraordinária.

Assim, estaríamos resolvendo essa questão que é um anseio da classe e que estão esperando há muito tempo e poderíamos, eventualmente, estar resolvendo esta questão entre hoje e amanhã.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, mais um esclarecimento: amanhã será o último dia antes das eleições que a Assembléia se reúne? Ouvi este comentário e gostaria de ter essa informação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Vanhoni, esta Presidência vai discutir com os líderes de Bancada para decidir. É preciso que se tenha clara a possibilidade de quórum. Amanhã teremos uma Sessão Ordinária, com início às 9 horas da manhã.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Então, Sr. Presidente, gostaria de reforçar o pedido da Deputada Elza Correia. É uma categoria importante a dos advogados, tem um pleito salarial. A Assembléia se manifestou, o Governo do Estado vetou e seria importante que a Assembléia analisasse o veto antes do período eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Ângelo Vanhoni, respondendo inclusive o questionamento da Deputada Elza Correia, vamos colocar na pauta de votação de amanhã de manhã. A pauta de hoje, tanto da Ordinária quanto da Extraordinária, já foi publicada e a pauta de amanhã será publicada.

Então, colocaremos o veto para votação amanhã.

**O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, inúmeras vezes tivemos oportunidade de incluir em Sessão Extraordinária. Se pudéssemos realizar isso hoje que estamos com quórum bastante elevado ou então pediria que amanhã fosse na reunião das 09h30 para que todos pudessem estar presentes e votarmos esse veto tão importante para a classe dos advogados.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Vamos seguir o nosso Regimento e estamos seguindo dentro do que é legal. Esse é um projeto que se questiona a legalidade e qualquer brecha possibilita a sua derrubada na Justiça. Queremos cumprir legalmente, será publicado na pauta e colocado em votação amanhã de manhã. A Sessão amanhã será às 9 horas.

**O SR. MARCOS ISFER (PPS)**

Mas V. Exa. poderia incluir na Extraordinária de hoje...

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

A pauta de hoje, tanto da Ordinária quanto da Extraordinária, já foi publicada, por isso vamos colocar na de amanhã e convocamos a todos os Srs. Deputados que estejam aqui para que possamos ajudar a aprovar esse projeto.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)**

Sr. Presidente, sem entrar no mérito da discussão, uma sugestão: do ponto de vista do Regimento, nada poderia estar sendo votado se não apreciássemos o veto que já expirou o prazo de trinta dias, já ultrapassou.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Recebemos o requerimento e estaremos colocando amanhã na pauta de votação. Hoje, não é mais possível, a pauta já foi publicada.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, levantamos esta Questão de Ordem na questão desse projeto, do veto 269, no início da Sessão, porque sabíamos que teríamos duas, três Sessões Extraordinárias.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Será votado o requerimento, no horário dos requerimentos. O seu será aprovado e será atendido.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Gostaria que V. Exa. recebesse das nossas mãos a proposição da CPI do Grampo, que já colhemos as dezoito assinaturas e entregamos a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

V. Exa. pode encaminhar à Mesa.

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)**

Sem querer ser inoportuna, essa questão de que vão se reunir com as Lideranças para ver se continuam ou não as reuniões da Assembleia Legislativa. Falo, aqui, como Deputada e não como candidata, porque seria bom que...

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Não cabe Pela Ordem.

Solicito ao som que corte a palavra da Sra. Deputada Elza Correia.

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, determinando o controle de presença dos alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, para fins de responsabilização dos pais ou responsáveis pelos alunos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DA CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 036/06, de 25.04.06).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 212/06****P A R E C E R :****Histórico**

O Projeto de Lei nº 212/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, determina o controle de presença dos alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, para fins de responsabilização dos pais ou responsáveis pelos alunos.

**Fundamentação**

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

O Código Penal já estabeleceu em seu artigo 246, o crime de abandono intelectual, dispondo a lei que:

*Art. 246. Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar:*

*Pena - detenção, de 15 (quinze) dias a 1 (um) mês, ou multa.*

O projeto de lei visa fiscalizar se os pais estão dando a devida atenção à educação dos filhos, dando vida à letra da lei e maior efetividade para o seu cumprimento.

O zelo pela frequência dos alunos às aulas é obrigação estadual, conforme artigo 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que assim dispõe:

*Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigí-lo.*

*§ 1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:*

*omissis*

*III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.*

Desta forma, o projeto de lei não gera nenhuma atribuição nova para a Secretaria de Estado da Educação, tendo em vista que esta já possui esta obrigação.

O que o projeto prevê, é um mecanismo mais eficaz de controle de frequência escolar, a fim de que se possa responsabilizar os pais que não estejam dando cumprimento à lei.

Esta política de cuidado com a frequência escolar, também é protegida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina prioridade na execução de políticas públicas que assegurem os direitos das crianças e dos adolescentes, a saber:

*Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.*

*Parágrafo Único. A garantia de prioridade compreende:*

*omissis*

*c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*

#### **Da Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,  
ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PROJETO DE LEI Nº 212/06

#### **P A R E C E R :**

É louvável a iniciativa da Deputada autora, mas não se pode atribuir tão elevada responsabilidade aos diretores das escolas sem que tenham todas as condições para bem exercê-la.

Considerando a quantidade de alunos faltosos, a direção estaria constante e reiteradamente fazendo comunicados aos núcleos e Secretaria da Educação.

Por outro lado, dentro dos limites da autonomia administrativa e pedagógica das escolas, deve-se buscar que os problemas de evasão escolar e faltas sejam resolvidos no âmbito escolar.

Por estas razões, reconhecemos a importância de que tal comunicado seja feito, mas que ocorra depois de esgotadas as tentativas em âmbito local.

Com este intuito propõe-se a adição de parágrafo único ao artigo 1º da proposição.

**Parágrafo Único.** As informações referidas no *caput* deste artigo serão encaminhadas a partir do segundo mês consecutivo ou alternado em que ocorrerem as faltas e desde que demonstrado a omissão dos pais após serem comunicados das ausências do aluno.

Acrescidas da emenda supra, a proposição pode seguir seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 30.08.06.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPOR-  
TES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PROJETO DE LEI Nº 212/06

#### **P A R E C E R :**

Emenda Aditiva ao artigo 1º do Projeto de Lei 212/06:

**Parágrafo Único.** As informações referidas no *caput* deste artigo serão encaminhadas a partir do segundo mês consecutivo ou alternado em que ocorrerem as faltas e desde que demonstrado a omissão dos pais após serem comunicados das ausências do aluno.

Sala das Comissões, em 30.08.06.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

TADEU VENERI - Relator

#### **ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 429/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Familiares e Amigos de Portadores de Esquizofrenia, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 089/06, de 21.08.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 429/06

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Familiares e Amigos de Portadores de Esquizofrenia, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

##### **Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 432/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, declarando de Utilidade Pública a União Espírita Os Caminheiros do Bem, com



sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 089/06, de 21.08.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 432/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública a União Espírita Os Caminheiros do Bem, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública o Projeto Cristão Fazendo Diferença - FAZDI, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/06, de 29.08.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 448/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública o Projeto Cristão Fazendo Diferença - Fazdi, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2091, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos nºs 2114, 2125 a 2132, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2115, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2117, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2119, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2120, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2133, de autoria dos Deputados Ratinho Júnior, Delegado Bradock, Plauto Miró Guimarães, Marcos Isfer e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2134, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2136 a 2138, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2140 e 2141, de autoria dos Deputados Waldir Leite, Arlete Caramês, Marcos Isfer e demais Deputados que compõe a Bancada da Oposição, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Solicito aos Srs. Líderes do PT, PMDB, PFL, PDT e PSDB indicarem um membro partidário para constituição da Comissão Especial de Reforma da Constituição que irá opinar sobre a Proposição 56/06, de autoria do Deputado Nereu Moura.

**Explicações Pessoais:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra a Sra. Deputada Elza Correia, inscrita.

**Deputada Elza Correia (PMDB)**

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras. Eu fico pensando que síndrome será essa que algumas pessoas têm quando ocupam determinadas cadeiras de poder. O Deputado Pedro Ivo sempre foi uma pessoa gentil com todos os Secretários, com todos os Deputados e Deputadas e hoje, ao tirar o som, deixando esta Deputada num constrangimento muito grande, contraria o perfil de pessoa que até agora eu tenho respeitado e defendido nesta Casa.

O meu pedido de Pela Ordem, procedia, sim, por que quando V. Ex. assumiu a cadeira de Presidente desta Casa, foi consultado, não me lembro por quem, se haveriam ou não Sessões a partir da próxima semana, pois ouvi comentários que as Sessões seriam interrompidas.

Eu também ouvi esse comentário. Acho que todo mundo ouviu e V. Exa. como Presidente da Casa, com direito e a autoridade que tem, respondeu ao Colegiado da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que haveriam Sessões, sim, até o término do ano, porque assim o senhor entendia que deveria ser. Aplaudi a sua fala, porque assim é que deve ser. Nós não deixamos de ser Deputados em períodos de eleição. Seria muito cômodo, inclusive para esta Deputada, que mora no Norte do Paraná, não ter que vir às Sessões, porque no final da campanha, Deputado Nereu Moura, é que é mais complicado para nós, nos últimos dias. Esta Deputada tem vindo e cumprido o seu papel de Parlamentar, porque a tarefa principal de um Deputado e de uma Deputada é participar das Sessões plenárias e depois, no tempo que lhe resta, fazer a campanha. Eu só queria ter indagado isto, porque nada impede que V. Exa. volte atrás e que converse com as lideranças.

Entretanto, a sua palavra, como Presidente, foi de que haveriam Sessões Plenárias até o final do mandato.

Portanto, evidentemente, chegando com essa notícia e em Londrina, revíamos a nossa agenda, porque tínhamos também a informação de que as Sessões seriam interrompidas. Do ponto de vista pessoal é ótimo, do ponto de vista de Parlamentar, que tem o dever de cumprir o seu mandato participando das Sessões Plenárias, também está correto. Teria elogiado V. Exa. em relação àquela posição. E agora vou rever o elogio. Queria deixar consignado nesta Casa, que acho indelicado por parte de V. Exa. cortar o som antes de ouvir, antes de terminar com a minha Questão de Ordem, e procuro sempre colocar aqui com toda serenidade, tranquilidade que todos nós podemos cometer erros, equívocos. De repente, levantar uma questão que não procede, e aí cabe à Mesa dizer que a minha questão de ordem não procede somente quando ela tiver sido colocada até o final. Quero que fique registrado aqui essa atitude e não peço privilégios porque sou mulher, não peço privilégios porque fiz menos votos quer os outros. Aqui sou tão Deputada como qualquer outro Deputado desta Casa. Seja homem ou mulher. Fiz trinta e oito mil votos, mas sou Deputada de doze milhões de paranaenses e exijo respeito e consideração como da mesma forma faço com todos os meus colegas Deputados e Deputadas.

Que fique registrada a atitude indelicada, antide-mocrática e violenta ao cortar o som de uma Deputada que, sem nenhuma tentativa de ofensa, pediu apenas uma questão, Pela Ordem entendendo que procedia, mas não teve condições nem tempo de terminar o registro. Fico profundamente chateada com o comportamento do Deputado Pedro Ivo. E fico pensando se não seria uma síndrome das pessoas que ocupam a cadeira da Presidência.

## ***Deputado Pedro Ivo Ilkiv (PT)***

O SR. PEDRO IVO ILKIV (**Explicações Pessoais**)

Para não usar o espaço da Mesa, conforme o Regimento, e gostaria de lembrar a V. Exa. que não foi a primeira Deputada que teve a palavra cortada nesta Casa.

Temos um Regimento que tem que ser cumprido à risca. Esse assunto de continuar a Sessão ou não, Deputada Elza Correia, é um assunto muito polêmico que vários Deputados vêm me perguntando, e abrindo um precedente para V. Exa. usar no momento pela ordem, que não cabe Pela Ordem. Na verdade, Pela Ordem cabe quando a Mesa está inflingindo em algum item do Regulamento. Aí V. Exa. teria que citar. Como se trata de um assunto polêmico, seria abrir uma discussão dentro da Assembléia e não conseguiria fechar essa discussão abrindo um precedente para V. Exa.

Gostaria que V. Exa. entendesse que não se trata de caráter pessoal, já houve corte do Deputado Barbosa, do Deputado Scarpellini, inclusive vários líderes de Governo e de Oposição. Quando ocupamos um cargo na Mesa, procuramos desempenhá-lo independente de lado de Governo, de Oposição ou de Situação ou uma questão de gênero. Foi nesse sentido que solicitei e sempre que for necessário terei que fazer isso para o bom andamento desta Casa.

Gostaria que V. Exa. não considerasse que é uma ofensa pessoal, V. Exa. tem posturas brilhantes dentro desta Casa, uma pessoa firme, de caráter forte, de personalidade, admiro-a, mas neste momento não poderia abrir um precedente porque esse assunto, - estou sendo procurado nos bastidores a todo momento - é um assunto que ia levar a uma grande discussão.

Peço desculpas a V. Exa. Se tive que agir desta forma, foi para que pudéssemos conduzir a Casa dentro de uma boa ordem.

## ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, às 9 horas, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 450/06.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 501/05 e 212/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 799/05, 163, 438 e 439/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 331 e 451/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 023, 024 e 025/06 e da Proposição nº 059/06.

Lembro ainda aos Srs. Deputados, que teremos uma Sessão Extraordinária em cinco minutos.

Levanta-se a Sessão

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 103**

### **18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>35</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>35</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>35</b>
<b>Expediente:</b>	
Projetos de Lei.....	36
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	36

#### **Discussão / Votação:**

Redação Final.....	36
3ª Discussão .....	38
2ª Discussão .....	38
1ª Discussão .....	39

#### **Encerramento da Sessão .....**

#### **Publicações:**

##### **Comissão Executiva:**

Atos .....	41
------------	----

##### **Diretoria Geral**

Portarias.....	43
----------------	----

### **DIÁRIO Nº 103**

### **18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2006**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Mora e Tadeu Veneri.

#### **Presenças:**

Às dezessete horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico

Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados Ademar Traiano, André Vargas, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Natálio Stica e Padre Paulo Campos (08); e em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Projeto de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 475/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transformar a extensão da Universidade do Centro do Paraná - Unicentro, com sede no município de Laranjeiras do Sul em campus universitário.

Art. 2º Caberá à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior a regulamentação e aporte orçamentário necessário para a devida transformação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.09.06.

(a) NEREU MOURA

#### **JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa atender à comunidade acadêmica do município de Laranjeiras do Sul, onde transforma a extensão da Universidade do Centro do Paraná - Unicentro, elevada à condição de campus universitário.

Cabe salientar que o referido projeto de lei seguirá as normas estabelecidas pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior para a devida transformação.

Sendo assim, a extensão da Universidade beneficiará a toda a sociedade.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 45 Srs. Deputados:

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Discussão / Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 244/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que institui o Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses, com fulcro no artigo 41, da Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005 (Código de Defesa do Contribuinte).

#### **REDAÇÃO FINAL**

PROJETO DE LEI Nº 244/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído o Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses (Refispar), com o objetivo de tornar viável a regularização de débitos fiscais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, suas multas e demais acréscimos legais, vencidos até 30 de abril de 2006, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os ajuizados.

Parágrafo Único. O Refispar será administrado pela Secretaria do Estado da Fazenda, a quem compete baixar as normas necessárias à sua execução.

Art. 2º O ingresso no Refispar dar-se-á por opção de pessoa jurídica, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere ao artigo 1º.

§ 1º A opção poderá ser formalizada até o dia 30 de setembro de 2006.

§ 2º Os débitos existentes em nome da optante serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso no Refispar.

§ 3º A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome da pessoa jurídica, na condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, de mora ou de ofício, a juros moratórios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 4º A multa, de mora ou de ofício, será reduzida em oitenta por cento na hipótese de a pessoa jurídica estar com plano de recuperação judicial ou extra-judicial devidamente deferido ou homologado até 31 de julho de 2006, nos termos da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

§ 5º O débito será consolidado, na data do pedido de ingresso no Refispar, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação do ICMS vigente na data

dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

§ 6º A partir da data da consolidação do débito, fica ele sujeito a todos os acréscimos legais previstos na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, à exceção dos juros vincendos que, da segunda parcela em diante, serão equivalentes à taxa de juros de longo prazo.

§ 7º Poderão ser incluídos na consolidação os valores espontaneamente denunciados pelo contribuinte à repartição fazendária decorrentes de infração vinculada a fatos geradores relativos ao ICMS ocorridos até 30 de abril de 2006, dispensadas, no caso, a parcela da multa que incidir sobre a dívida confessada espontaneamente.

§ 8º As obrigações tributárias com vencimentos futuros, postergados nos termos das legislações dos Programas Bom Emprego, Mais Emprego e Prodepar, serão considerados antecipadamente vencidas na data da formalização do pedido de ingresso no Refispar.

Art. 3º Excetuada a consolidação das obrigações tributárias previstas no parágrafo 8º do artigo 2º desta lei, o débito consolidado será pago em parcelas mensais e sucessivas, sendo o valor de cada parcela, determinado em função de percentual calculado sobre a receita bruta mensal, de valor equivalente a:

a) três décimos por cento (0,3%), no caso de pessoa jurídica enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

b) seis décimos por cento (0,6%), nos demais casos.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao que resulte da aplicação dos percentuais estabelecidos nas letras **a** e **b** do *caput* sobre a média da receita bruta havida nos últimos trinta e seis meses anteriores ao pedido de enquadramento no Refispar.

§ 2º Nos casos em que a pessoa jurídica estiver em operação há menos de trinta e seis meses, o valor de cada parcela será determinado pela média da receita bruta auferida desde o início de suas atividades até a data do pedido de ingresso no Refispar.

§ 3º A média da receita bruta será atualizada pelo INPC/IBGE a cada período de doze meses contados do pedido de ingresso no Refispar.

§ 4º Em qualquer hipótese, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a cem reais.

Art. 4º A receita bruta das vendas e serviços compreende, para os fins previstos no artigo 3º, o produto da venda de bens nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados, inclusive os não sujeitos à incidência do ICMS, e o resultado auferido nas operações de conta alheia.

Parágrafo Único. Na receita bruta não se incluem as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos não-cumulativos cobrados destacadamente do comprador ou contratante dos quais o vendedor dos bens ou o prestador dos serviços seja mero depositário.

Art. 5º As obrigações tributárias futuras a que se refere o parágrafo 8º do artigo 2º, poderão ser compensados com créditos acumulados de ICMS próprio ou de terceiros, ou extintas mediante a utilização de créditos próprios ou cedidos por terceiros, decorrente de precatório, de qualquer natureza, vencidos até 31 de dezembro de 2005.

§ 1º Serão aceitos os créditos de natureza comum e os de natureza alimentar, incluindo-se os de pequeno valor e aqueles parcelados na forma dos artigos 33 e 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

§ 2º O pedido de ingresso no Refispar será instruído, em se tratando de compensação com créditos de terceiros, com as escrituras públicas das cessões dos créditos.

Art. 6º O pedido de adesão ao Refispar implica confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais, assim como exige, para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial para discussão do crédito tributário, com exclusão da parte que o sujeito passivo entender deva ser mantido o contencioso.

§ 1º No caso da regularização de créditos tributários já ajuizados, a adesão fica condicionada ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, os honorários advocatícios serão parcelados nos mesmos prazos e com os mesmos acréscimos vincendos do crédito tributário parcelado, sustando-se o executivo fiscal até a plena quitação do débito ou a inadimplência do sujeito passivo.

§ 3º Havendo honorários advocatícios a serem quitados de forma parcelada, o percentual mínimo da receita bruta referido no artigo 3º, para determinação do valor de cada parcela, poderá ser elevado em até cinco por cento.

Art. 7º Implica revogação da adesão ao Refispar a inadimplência, ou não de pagamento integral das parcelas, por três meses consecutivos.

§ 1º A revogação da adesão importará na exigência do saldo do crédito tributário consolidado.

§ 2º Será concedido bônus de adimplência ao contribuinte que liquidar regularmente e no prazo legal as parcelas do Refispar, equivalente à redução de:

a) vinte por cento no valor da multa contida no saldo do crédito tributário consolidado depois de quitadas vinte e quatro parcelas;

b) quarenta por cento no valor da multa, depois de quitadas quarenta e oito parcelas;

c) sessenta por cento no valor da multa, depois de quitadas setenta e duas parcelas.

§ 3º Para fruição do benefício de redução da multa, o contribuinte deverá cumulativamente estar em dia com suas obrigações correntes relativas ao ICMS.

Art. 8º As multas derivadas de fraude, dolo ou simulação não são passíveis de redução.

Art. 9º O disposto nesta lei não se aplica aos parcelamentos feitos com amparo na Lei nº 14.976, de 28 de dezembro de 2005, salvo se o contribuinte fizer prova da impossibilidade de manter o compromisso assumido.

Art. 10º A pessoa jurídica, durante o período em que estiver incluída no Refispar, poderá amortizar o débito consolidado mediante compensação com créditos acumulados de ICMS, próprios ou de terceiros, homologados ou com homologação requerida junto à Secretaria da Fazenda.

Parágrafo Único. Os valores correspondentes a débitos inscritos em dívida ativa poderão ser amortizados mediante compensação com precatórios requisitórios, de qualquer natureza, vencidos do Estado do Paraná.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões em 11.09.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

Em discussão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Chamada nominal, Sr. Presidente. Verificação de votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, talvez pela urgência, pela correria, a Redação Final traz uma divergência com as emendas no artigo 2º, parágrafo 4º: *a multa de mora ou de ofício e o serão reduzidos*. Faltou a expressão juro e não acolheu a Emenda Modificativa nº 01.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado José Maria, quando for feito o autógrafo, será feita essa correção. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Então, gostaria que ficasse registrado em Ata que não foi acolhida a Emenda Modificativa nº 01, da CCJ, que é do relator, com respeito ao artigo 1º, parágrafo 4º, e com relação ao artigo 2º ao item 05, parágrafo 1º.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, verificando que há presença necessária dos Srs. Deputados, retiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Retirada a chamada nominal.

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 386/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, denominando de Prefeito Gabriel de Oliveira Silva a rodovia PR-550, que liga os municípios de Iguaraçu e Munhoz de Mello ao município de Santa Fé, no Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 386/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Prefeito Gabriel de Oliveira Silva, a rodovia PR-550, que liga os município de Iguaraçu e Munhoz de Mello ao município de Santa Fé, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.09.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

## 3ª Discussão

### ITEM 03

3 DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/06, que objetiva instituir a Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, mediante integração da Faculdade Estadual do Norte Pioneiro - Fundinop, a Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho - Faefija, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio - Fafi-CP, Faculdades Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho - Fafija, e a Fundação Faculdade Luiz Meneghel - FFALM, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda da CCJ, ressalvado o projeto. **Aprovada.**

Está em votação a emenda de Plenário. **Aprovada.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

## 2ª Discussão

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 501/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, que dá nova redação ao artigo 9º da Lei Estadual nº 7257, de 30 de novembro de 1979, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

## ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, determinando o controle de presença dos alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, para fins de responsabilização dos pais ou responsáveis pelos alunos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DA CECECT. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

## 1ª Discussão

## ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 799/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 070/05. Fica isenta do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer bens ou direitos - ITCMD, a renúncia ao usufruto vitalício gravado sobre o imóvel identificado como lote 270 da gleba Cafezal, localizado no município de Londrina. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/06, de 20/02/06, em Mensagens)**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 799/05

#### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem como escopo conceder isenção do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer bens ou direitos - ITCMD a renúncia ao usufruto vitalício gravado sobre o imóvel identificado como lote 270 da gleba Cafezal, localizado no município de Londrina.

#### Fundamentação

Nossa Carta Magna, em seu artigo 24, estabelece a competência para legislar a respeito de Direito Tributário:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.*

(...)

Ainda, conforme nossa legislação, nas palavras do professor Roque Antônio Carrazza, *só a pessoa política que validamente criou, por meio de lei, o tributo é que pode criar a isenção, desde que o faça, também, por meio de lei.*

Ainda, faz-se necessária uma análise quanto à competência e a iniciativa para apresentar tal proposição e, conseqüentemente, atestar a constitucionalidade e legalidade do projeto em tela.

*Art. 129. Compete ao Estado instituir:*

*I - impostos previstos na Constituição federal;*  
(...)

*Art. 130. Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica estadual ou municipal que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, parágrafo 2º, XII, da Constituição Federal. (grifo nosso)*

Conforme as normas legais supra citadas, o Estado detém competência para instituir benefícios fiscais e só o pode fazer, bem como revogá-los, através de lei específica estadual.

Quanto à iniciativa para instaurar processo legislativo sobre matéria tributária, seja criação ou isenção de tributo, nos ditames da obra jurídica Constituição do Brasil Interpretada, escrita pelo ilustre jurista Alexandre de Moraes, o legislador constituinte consagrou, em matéria tributária, a concorrência de iniciativa entre Executivo e Legislativo.

Em breve análise, verificamos que o presente projeto encontra-se respaldado de constitucionalidade, uma vez que está dentro da esfera de competência do Estado e da iniciativa do Poder Executivo.

#### Conclusão

Dentro desse paradigma, verifica-se que o projeto encontra-se dentro dos ditames constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, nosso parecer é pela aprovação do projeto que ora se analisa, devido a motivos já explicitados.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
BARBOSA NETO - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 799/05

#### P A R E C E R :

Este relator, em parecer provisório, manifestou-se pela realização de diligências junto ao Executivo Estadual para que fosse melhor detalhado o projeto sob análise, trazendo dados sobre o imóvel e as razões da renúncia fiscal.

Providências foram tomadas e os documentos foram trazidos aos autos.

Por ter sido cumprido o requerido por esta Comissão, o parecer é pela tramitação regimental da proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
TADEU VENERI - Relator

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/06, que altera o artigo 1º da Lei nº 14.773, de 05.07.05. (Isenção de ICMS - Contrato de Demanda de Potência de Energia) PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 024/06, de 03.04.06, em Mensagens).

### COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 163/06

#### P A R E C E R :

##### Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado foi encaminhado pelo Poder Executivo do Estado do Paraná para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelo Pares desta Casa, e tem como proposta alterar o artigo 1º da Lei nº 14.773, de 05 de julho de 2005 (isenção de ICMS - Contrato de Demanda de Potência de Energia).

Na justificativa o autor diz que o fornecimento de energia elétrica mediante contrato de demanda, celebrado entre empresas concessionárias de energia elétrica e consumidores, pretendem garantir estes últimos potência de energia, que poderá ou não ser utilizada, sendo cobrada em razão dos investimentos que a concessionária realiza para garantir o suprimento ao consumidor.

Neste forma de contrato de fornecimento, o usuário efetua o pagamento à concessionária de dois valores: um deles, relativo à energia elétrica efetivamente consumida (consumo) e outro relativo à demanda contratada e colocada à disposição da consumidora, que será integralmente paga, mesmo que não utilizada.

Com a alteração proposta mantém-se o espírito original da lei, esclarecendo dúvidas surgidas quanto à interpretação de seu texto original, para que seja exigido tão-somente o tributo relativo à parcela da demanda efetivamente utilizada pelo adquirente.

É o relatório.

##### Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

##### Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 163/06

#### P A R E C E R :

##### Histórico

O Projeto de Lei nº 163/06, de autoria do Poder Executivo, propõe a alteração do artigo 1º Lei 14.773, de

05 de julho de 2005, que dispõe sobre o ICMS incidente nos Contratos de Demanda de Energia.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

##### Fundamentação

O projeto dispõe sobre a não incidência de ICMS sobre energia elétrica não consumida e se encontra de acordo com as normas orçamentárias.

O Estado do Paraná tributa com o ICMS os contratos de demanda reservada de potência, todavia, o Estado não pode tributar a energia que não foi consumida ainda que pelo contrato tenha sido colocada à disposição do consumidor.

Com efeito, para que possa ocorrer a incidência do imposto, a energia deve ser efetivamente consumida, a mera formalização desse tipo de contrato de compra ou fornecimento futuro de energia elétrica não caracteriza circulação de mercadoria, vez que se trata de mera garantia de fornecimento, pelo que, o imposto somente pode incidir quando a energia for concretamente fornecida e utilizada, devendo o valor do imposto ser calculado com base no consumo apurado.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é mansa e pacífica quanto à matéria, não havendo divergências, destacando-se o seguinte precedente:

“RESP 343952/MG;

RECURSO ESPECIAL 2001/0101815-4

Relator(a) Ministra ELIANA CALMON

Órgão Julgador - SEGUNDA TURMA

Data do Julgamento 05/02/2002

Data da Publicação/Fonte DJ 17.06.2002 p.244

TRIBUTÁRIO - ICMS - ENERGIA ELÉTRICA:  
DEMANDA RESERVADA - FATO GERADOR ART.  
116, II, DO CTN)

1. A aquisição de energia elétrica para reserva, formalizada por contrato, não induz à transferência do bem adquirido, porque não se dá a tradição.

2. Somente com a saída do bem adquirido do estabelecimento produtor e o ingresso no estabelecimento adquirente é que ocorre o fato gerador do ICMS (artigo 19 Convênio 66/88) e artigo 166, II do CTN.

3. Recurso especial provido.”

Do voto da Ministra relatora Eliana Calmon extraem-se os seguintes fundamentos, que encerram qualquer debate sobre o tema:

“Na espécie, a empresa compradora, ora recorrente, não recebe a energia da reserva. Apenas paga para mantê-la reservada.

Como o ICMS só incide sobre a mercadoria transferida, naturalmente que não incide imposto sobre o que não circulou e não se transferiu.

Lembro por oportuno, e a propósito do voto do Ministro Milton Luiz Pereira, que no Direito Brasileiro, o contrato não tem a força suficiente para transferir a propriedade, o que só ocorre com a tradição para os bens móveis, e a transcrição para os bens imóveis.



Na Reserva de Demanda não ocorre a tradição de energia e, como tal, não há que se falar em ICMS.”

#### **Da Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 09.09.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

#### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/06, de autoria do Deputado Waldir Leite, declarando de Utilidade Pública Estadual a Associação da Melhor Idade Coração de Pontal AMICORPON - Balneário Shangri-lá, com sede no município de Pontal do Paraná e foro no município de Matinhos/PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 093/06, de 28.08.06).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 438/06**

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Waldir Leite, declara de Utilidade Pública a Associação da Melhor Idade Coração de Pontal, Balneário Shangri-lá, com sede no município de Pontal do Paraná e foro no município de Matinhos, Estado do Paraná.

##### **Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/06, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, declarando de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Distrito de Pirapó Maria Aparecida Antônio Severino, com sede e foro no município de Apucarana - Distrito de Pirapó - Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 093/06, de 28.08.06).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 439/06**

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Distrito de Pirapó Maria Aparecida

Antônio Severino, com sede e foro no município de Apucarana, Estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.09.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

### ***Encerramento da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão

### ***Publicações:***

#### ***Comissão Executiva***

##### ***Atos***

##### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 657/06**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6098/05, datado de 10 de agosto de 2005, deste Poder, e Parecer nº 5206/06-DIJUR, TC,

#### **R E S O L V E :**

Retificar o Ato da Comissão Executiva nº 475/06, publicado no Diário da Assembléia de 28 de novembro de 2005, que passa a vigorar nos seguintes termos:

Conceder, aposentadoria, por invalidez a OSVALDO DO CARMO, matrícula nº 40219, portador do RG nº 5.926.525-3 e do CIC nº 356.429.719-72, funcionário desta Assembléia Legislativa, do Estado do Paraná, admitido em 16 de maio de 1983, ocupante do cargo de Segurança, nível NBA-07, conforme o artigo 224 e seu parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, proventos mensais e integrais de seu cargo efetivo, calculados pela media aritmética das maiores remunerações a partir de julho de 1994, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, combinado com o artigo 1º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 10.887/04, acrescidos de quatro (04) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da já citada Lei nº 6.174/70, resultando

em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 46 a 51, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.08.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 661/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5926, datado de 03 de julho de 2006, deste Poder,

#### R E S O L V E :

Conceder à MARIA DO CARMO CRUZ SOUZA, portadora da Carteira de Identidade nº 268.471-3-PR, e do CPF nº 464.314.899-34, viúva do ex-Deputado Estadual Arthur Gotuzzo de Souza, falecido em 28 de junho de 2006, pensão mensal estabelecida pela Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, no valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002, a partir da data do pedido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.08.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 669/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 1504, datado de 02 de maio de 2006, deste Poder,

#### R E S O L V E :

Retificar o Ato da Comissão Executiva nº 0382/06, datado de 10 de maio de 2006, que passará a constar nos seguintes termos:

Conceder, aposentadoria, por invalidez, a BEATRIZ TEREZINHA FURTADO MADY, matrícula nº 40496, ocupante do cargo de Consultor Administrativo NUD-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, com proventos mensais e integrais correspondentes ao cargo que ocupa, de acordo com as Resoluções de nº 007/04 e 009/05, acrescidos de três (03) adicionais, nos termos do artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, calculados pela media aritmética das maiores remunerações a partir de julho de 1994, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03, combinado com o artigo 1º, parágrafo 1º da Lei

Federal nº 10.887/04, conforme cálculos elaborados de fls. 65 a 70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 28.08.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 735/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 287, datado de 18 de janeiro de 2006, deste Poder,

#### R E S O L V E :

conceder, aposentadoria voluntária, a SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO, matrícula nº 172, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, amparado pelos artigos 3º e 4º da Emenda Constitucional nº 20/98, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, conforme Lei Estadual nº 8425/86 e de acordo com a Resolução nº 007/2004 e artigo 1º do Ato da Comissão Executiva nº 458/1991.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.08.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 736/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5073/2001, datado de 21 de maio de 2001, deste Poder,

#### R E S O L V E :

Retificar o Ato da Comissão Executiva nº 0258/01, datado de 12 de julho de 2001, que passará a constar nos seguintes termos:

conceder, aposentadoria, por invalidez, a ZAIRA MOCELLIN CECCON, matrícula nº 40649, funcionária deste Poder Legislativo, ocupante do cargo de Agente Administrativo N-61, com vencimentos mensais e integrais correspondentes ao cargo que ocupa, nos termos dos artigos 139, 224 e 235 da Lei nº 6.174/70, assegurados pela Emenda Constitucional nº 20/98, acrescidos de 03 adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da já citada Lei nº 6.174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 56 da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.09.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**Diretoria Geral:****Portarias****PORTARIA Nº 091/06**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 7046, datado de 23 de agosto de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

colocar à disposição do Gabinete Parlamentar do Deputado Cleiton Kielse, a funcionária MARILENE BOCHNIA SCHAFFER, matrícula nº 40.437, com ônus para o órgão de origem, até o período do ano em curso.

Gabinete da Diretoria Geral, 28.05.06.

(a) ABIB MIGUEL

**PORTARIA Nº 092/06**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6883, datado de 16 de agosto de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde, à servidora deste Poder Legislativo, CELI EUCLEA GALLIANO, matrícula nº 1844, de sessenta (60) dias, a partir de 14 de agosto de 2006, CID.10 E.11+I.21.0 e I.25.1.

Gabinete da Diretoria Geral, 31.08.06.

(a) ABIB MIGUEL

**PORTARIA Nº 093/06**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em

vista o que consta no processo protocolado sob o nº 7269, datado de 1 de setembro de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor deste Poder Legislativo SEBASTIÃO GONÇALVES DE DEUS, matrícula nº 40645, de noventa (90) dias, a partir de 15 de julho de 2006, CID 1- - I.10+I.20.

Gabinete da Diretoria Geral, 11.09.06.

(a) ABIB MIGUEL

**PORTARIA Nº 094/06**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 7220, datado de 30 de agosto de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder licença para tratamento de saúde, à servidora deste Poder Legislativo ROSELI TEREZINHA TALAZ AIOLFI, matrícula nº 40887, de trinta (30) dias, a partir de 28 de agosto de 2006, CID.10 - F.32.

Gabinete da Diretoria Geral, 11.09.06.

(a) ABIB MIGUEL

**PORTARIA Nº 096/06**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 7116, datado de 28 de agosto de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prorrogar a disposição da (APPA) Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, o servidor deste Poder Legislativo, JOÃO BATISTA LOPES DOS SANTOS, matrícula nº 40.784, até 31.12.2006, sem ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 01.09.06.

(a) ABIB MIGUEL

